

**RELATÓRIO DO 3º SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS  
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO**

**Dias 7 a 9 de maio de 2014, Local: CAPES-Brasília/DF**

**Tania Araujo-Jorge (Coordenadora), Gisele Roças (Coord. Adjunta MP)**

Sumário	Pag.
1. Introdução.....	2
2. Principais encaminhamentos deliberados.....	2
3. Pauta e dinâmica: eixos de reflexão, palestrantes, Grupos de Trabalho, Programas notas 6 (Acadêmicos) e 5 (Profissionais), Mini-mostra de produtos acadêmicos e educativos.....	3
4. Deliberações em sessões plenárias: 4.1. Estratégias para fortalecimento da percepção pública da Área; 4.2. Estratégias para a luta pela sustentação dos MPs; 4.3 Formas de organização da Área; 4.4. Aperfeiçoamentos para os documentos e as diretrizes da Área; 4.5. Interdisciplinaridade e Pós-Doutorado da Área; 4.6. Egressos: acompanhamento; 4.7. Cooperação, Redes e Internacionalização; 4.8. Apontamentos.....	4
5. Contribuições adicionais dos Grupos de Trabalho: .....	10
6. Considerações finais/ avaliação e imagens marcantes.....	14
7. Anexo 1: Lista de participantes.....	17
8. Anexo 2: Apresentações dos PPG notas 5 e 6 e debate posterior.....	19
9. Anexo 3: Apresentações dos palestrantes: DAV, Coordenação, DEB, Parlamento, + comentários, perguntas, respostas registradas no debate.....	22
10. Anexo 4: orientações para recebimento de comunicados.....	28
	44



## 1. Introdução

O convite para o 3º Seminário de Acompanhamento da Área de Ensino foi feito pelo Ofício Conjunto nº 001/2014 CA-DAV. Foi organizado pela Coordenação da Área (Tania Araujo-Jorge/Fiocruz, Gisele Roças/IFRJ) com uma comissão de consultores (Sani Rutz/UTFPR, Regina Franchi/UFOP, Marcos Cezar de Freitas/UNIFESP, Deise Mesquita/UFG). Realizou-se por 3 dias consecutivos na CAPES em Brasília e teve expressiva participação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área, com a presença de **73 participantes** (coordenadores e/ou representantes, lista de presença no Anexo 1) dentre os **110 PPG atualmente ativos**. Todas as regiões do Brasil estiveram representadas. Algumas justificativas de ausência foram enviadas, e a coordenação lamenta os que não vieram por não terem recebido os comunicados sobre o evento (ver orientações da DAV ao final do relatório). Em vários momentos participaram também servidores da Capes.

O Seminário se realizou em um clima de confiança crescente sobre o restabelecimento do diálogo dos PPG da Área entre si, com a coordenação e com as diversas instâncias da Capes. Os participantes confraternizaram em jantar no 2º dia, se reuniram para a foto acima (crédito da imagem, com agradecimentos: Profa. Maria Goretti Silva- UFC). Ao final do 3º dia as últimas 22 pessoas fizeram uma rápida rodada de avaliação do Seminário, citando três palavras para sintetizar o melhor, o pior e a impressão geral. Posteriormente solicitamos uma avaliação dos que já haviam partido, tendo recebido retornos de mais 25 programas. Entre as palavras usadas para definir a “impressão final” tivemos: **produtivo, reconstrutivo, avanços, consolidação, interação, diálogo, conscientização, intenso, enriquecedor, liderança, motivador, integração, organização**, e outras. Para definir o “melhor” foram citadas, entre outras, as palavras **confiança, tranquilidade, objetividade, avanço, qualidade, surpreendente, protagonismo, diálogo, interação, cooperação, o clima, liderança, perseverança**. O pior da dinâmica da reunião foi o pouco tempo (17 citações), com pauta extensa e ritmo acelerado e cansativo nas plenárias e grupos, o frio no auditório e a falta de lanche nos intervalos.



A nuvem de palavras ao lado agrega aquelas citadas como melhor, síntese e uma negativa (pauta extensa), cada qual na dimensão correspondente a frequência com que foram citadas.

Dentre os problemas citados como o “pior” (ou o muito desafiador) para a Área encontram-se: a inequidade inter-Áreas e intra-Área no fomento às atividades, a ainda frágil organização interna e a pequena articulação das políticas e órgãos oficiais com os PPG da Área, problemas estruturais do fomento, a ainda pequena visibilidade da Área para além da Capes.

## 2. Principais encaminhamentos deliberados:

- Redação de carta manifesto para reivindicação das bolsas para MPs em isonomia de direitos com os Profs em Rede: direcionada sequencialmente a Capes, ao MEC, e a instancias da sociedade relacionadas à educação.
- Adotar 3 eixos estruturantes para maior visibilidade da Área: (i) Ensino na educação básica, superior e em espaços não formais; (ii) Formação de professores; (iii) Ensino, saúde, ambiente, ciência, tecnologia e formação profissional.
- Assumir que o compromisso social da Área estará intimamente vinculado à articulação pesquisa-extensão e que a visibilidade da produção da Área será consequência deste compromisso

- Solicitar a inclusão na pauta da DEB e do CTC de uma apresentação sobre Área, seus avanços e desafios, assim como nos fóruns nacionais sobre ensino.
- Compor e convidar Comissões de Consultores para dar encaminhamento a propostas e para aprofundar e aperfeiçoar processos de avaliação, cooperação e integração.
- As principais demandas são: bolsas para MPs, flexibilidade, apoio para mobilidade docente e discente, suporte a infra-estrutura, integração de TI entre PPG da Área, flexibilidade

### 3. Pauta e dinâmica

A pauta foi trabalhada mediante uma apresentação geral feita pela coordenação, seguida por debate em plenária e aprofundamento em grupos. Nos 2 primeiros dias foram constituídos os grupos de trabalho que discutiram os temas da pauta em sessões de 2 a 5 horas, gerando e sistematizando sugestões levadas à plenária no segundo e terceiro dias, para deliberações. As apresentações foram disponibilizadas a todos em formato eletrônico, e inseridas integralmente no relatório (Anexos 2 a 6). Os seguintes itens foram contemplados:

- **Abertura (Lívio Amaral e Tania Araujo-Jorge):** Boas vindas ao 1º Seminário de Acompanhamento do ano de 2014, espaço de voz para o diálogo dos Programas entre si e com a CAPES. Espaço de apresentação e debate de demandas, relatos, compartilhamento de experiências e de construção de propostas. Apresentação das expectativas: avaliação crítica dos documentos norteadores da Área para geração de um relatório com as propostas para um plano de ações e melhorias.
- **Eixos de reflexão e de construção das recomendações:**  
**Área:** fatos, estratégias de fortalecimento da percepção pública, visibilidade dos produtos, projetos estratégicos.  
**Identidade:** temas para os GTs da Área e protagonismo em redes nacionais diversas.  
**Desafios:** ações para a ampliação dos Programas da Área, sua produção intelectual e técnica, acompanhamento de egressos e impacto no ensino e na formação de professores.
- **Palestras e debate com convidados:**  
**Lívio Amaral/DAV-CAPES:** avaliação trienal, perspectivas, informações sobre o movimento de captação de recursos para bolsas aos mestrandos profissionais.  
**Carmem Neves/DEB-CAPES:** visão da DEB sobre os mestrandos profissionais, políticas atuais de fomento a formação inicial e continuada de professores e perspectivas de diálogo e cooperação com a Área de Ensino.  
**Paulo Rubem Santiago/Câmara Federal:** Desafios do Ensino no Brasil e situação do Plano Nacional de Educação (PNE).
- **Grupos de Trabalho** com 10 a 20 participantes em períodos de 2-3 horas e 5 horas (GT1), trabalhando com o Documento de Área, o Relatório da Trienal e o comunicado conjunto Educação-Ensino, além das apresentações feitas no Seminário.
  - 1 - Materiais educativos/ Inovação/Mostra
  - 2 - Visibilidade/Inserção social
  - 3 - Identidade da Área/ Câmaras/ GTs permanentes
  - 4 - Equidade/ Fomento / Expansão
  - 5 - Interdisciplinaridade/ diálogo inter-Áreas/ Pós-doutorado/Qualis
  - 6 - Egressos: melhores práticas de acompanhamento, indicadores
  - 7 - Cooperação/ Redes nacionais/ Internacionalização
  - 8 - Livros e eventos

- **A experiência dos Programas notas 6 Acadêmicos e nota 5 Profissionais**

Quatro PPG inauguraram o estrato 6 da Área e destes 3 estiveram presentes no seminário, apresentando a todos rapidamente suas trajetórias e compartilhando as experiências de sucesso dessa trajetória. Do mesmo modo, os 2 Mestrados Profissionais que já alcançaram nota 5 foram convidados a apresentar sua experiência.

**Renato Diniz/ UNESP- Bauru** – Educação para a Ciência- Mestrado e Doutorado – nota 6

**Eliane Veigt/ UFRGS - Porto Alegre** – MP em Ensino de Física – nota 5

**Marcos Maltempi/ UNESP-Rio Claro** – Educação Matemática -Mestrado e Doutorado – nota 6

**Edda Curi / UNICSUL – São Paulo** – Ensino de Ciências – nota 5

**Carlos Alberto Marques/ UFSC – Florianópolis** – Educação Científica e Tecnológica – nota 6

- **Mini-mostra de produtos acadêmicos e técnicos/educativos**

Na véspera do Seminário surgiu a ideia de reunir alguns produtos dos PPG e deixá-los a mostra para conhecimento dos coordenadores e sobretudo da CAPES (DAV, DEB e DPB) e do MEC.



Expostos na recepção do andar do auditório da CAPES, os materiais trazidos por alguns coordenadores ilustraram a diversidade de produção da Área. Ao final foi recomendado que mostras similares sejam organizadas em todos os eventos da Área.

#### 4. Deliberações em sessões plenárias

##### 4.1. Estratégias para fortalecimento da percepção pública da Área, entre Programas (na Área, percepção horizontal), na CAPES (percepção vertical) e na sociedade (multidimensional) – GT 2 e GT 3

Adotar 3 eixos estruturantes para maior visibilidade da Área

- (i) Ensino na educação básica, superior e em espaços não formais.
- (ii) Formação de professores.
- (iii) Ensino, saúde, ambiente, ciência, tecnologia e formação profissional.

Providenciar elementos, meios e ações para ampliar a visibilidade da Área e seus produtos:

(i) interna à própria Área - interprogramas

- Estudar possibilidades de ampliação da comunicação na Área através de mídias sociais diversas e outras alternativas de TI.

(ii) na CAPES, no MEC, nas sociedades científicas e na sociedade em geral

- Melhorar a comunicação da Área na Capes, horizontal e verticalmente.
- Articular os programas através das sociedades científicas afins.



- Fortalecer o diálogo com as diretorias da CAPES para elaboração de editais de fomento visando ao fortalecimento dos Programas.
- Buscar inserir os produtos da Área nas escolas, através de interlocução com a CAPES e o MEC.
- Apresentar a Área e seus eixos estruturantes em todos os fóruns de ensino e educação possíveis.

(iii) na ampliação da visibilidade de produtos da Área e no processo de avaliação da PG **(GT 1 e GT2)**

- Estimular publicações dos resultados e produtos da Área, e fortalecer iniciativas de divulgação desses resultados (feiras, mostras, seminários de intercâmbio, etc)
- Estimular a integração extensão-pesquisa e sua valoração na avaliação (reconhecer pontuando)
- Promover o esclarecimento e o aperfeiçoamento dos indicadores de inserção social para aprimorar o registro das atividades de extensão na plataforma Sucupira.
- Descrever as atividades de inserção social no campo “outras informações” enquanto não existir uma aba específica para isso na Plataforma Sucupira.
- Buscar interlocução com a produção do Guia de Tecnologias da SETEC-MEC para articular este espaço (dentre outros) como veículo de divulgação dos produtos da Área.
- Buscar o apoio a publicação de 2 revistas da área (uma acadêmica e uma profissional)

#### **4.2. Estratégias para a luta pela sustentação dos MPs - GT 4**

(i) Elaborar e entregar Carta-manifesto da Área (e da CAPES)

- Caráter: propositivo, reivindicatório, pela isonomia de bolsas para alunos
- Pontos e elementos a incluir: Isonomia de tratamento dos MPs em sede com os MPs em rede nacional; Equidade em bolsas para mestrados profissionais em rede e em sede; trazer exemplos de textos restritivos dos editais e citar exemplos de efeitos negativos na Área; Equidade em verba Proap entre mestrados acadêmicos e profissionais;
- Destaque aos problemas criados pelo fato das diretrizes emanadas da CAPES serem copiadas pelas FAPS e Universidades, busca de suporte jurídico para a inclusão dos MPs nos editais de fomento da CAPES.
- Encaminhamento: protocolar e pedir agenda com os respectivos órgãos
- A quem dirigir (nessa ordem): CAPES (presidência e diretorias) e MEC (primeiras instâncias com reuniões agendadas), MPOG, Presidência da República, Comissão de Educação da CF, CNE, Fórum nacional de educação, Fórum de Reitores e Pró-reitores, Fórum de MPs, sociedades científicas

(ii) Buscar a construção de editais específicos para manutenção dos cursos e da permanência dos alunos

(iii) Evitar proposição de Rede(s) nacionais com os atuais MPs da Área ou proposição em bloco de APCNs acadêmicos de modo a:

- Não dividir forças agora em relação a estratégias de fortalecimento dos MPs da Área
- Reconhecer que a estratégia de articulação de MPs em rede está contaminada pela desigualdade de tratamento, e deve ser separada desse componente.
- Dimensionar junto aos MPs da Área as intenções de fechamento completo ou parcial (linhas) como consequência da concorrência desleal com os Profs em Rede

(iv) Redes de cooperação na Área: nacionais e internacionais

- Analisar a possibilidade de aliar esforços e competências para propor um Prof em Rede nacional sobre Ensino na Educação Básica, como estratégia de compartilhamentos na Área
- Convidar todos os programas que atuarem na educação básica.

- (v) Enfrentar a discussão sobre a política de mestrados profissionais em rede nacional
- identificar as convergências e as divergências;
  - tomar como elementos essenciais a analisar: escala, tempo, qualidade e impacto na formação de professores e alunos; sujeitos, concepções, etc;
  - Identificar nos MPs em rede o peso da pesquisa em ensino, e consequente formação de mestres.
  - Organizar um Seminário conjunto das Áreas de Ensino, Educação, Letras, História, Artes e Biologia para debate das experiências de MProfs em curso.
  - Discutir o que é rede, mestrados em rede e rede de mestrados; prever sustentação de programas acadêmicos em rede
  - Criar Grupo de Trabalho (GT) para pensar e propor e exigir critérios de avaliação dos Profs em Rede.

#### **4.3 Formas de organização da Área – redes de cooperação (GT 3)**

A identidade da Área se manifesta no seu fazer, na produção do conhecimento e dos produtos dele gerados.

- (i) Comissões temáticas & Câmaras: discussão ainda sem conclusão definitiva.
- Adotar a prática de composição de Comissões Temáticas relativas aos eixos estruturantes da Área, conforme a necessidade de produção de diretrizes e documentos específicos.
- (ii) Grupos de Trabalho
- Adotar a divisão já operacionalizada para a análise de APCNs e a avaliação trienal, agregando comissões de programas acadêmicos e profissionais
  - Organizar Grupos de Trabalho para debater e encaminhar os desafios definidos como relevantes a serem enfrentados coletivamente

#### **4.4. Aperfeiçoamentos para os documentos e as diretrizes da Área (GT 1, GT2, GT3, GT7, GT 8)**

- Reconhecer a pertinência e a atualidade do documento de Área, do Relatório da avaliação trienal e do Ofício conjunto Educação-Ensino, acessíveis na página da Área na CAPES e recomendar que os PPG se apropriem desse conteúdo por meio de debates, palestras, leituras coletivas, etc;
- Acatar as sugestões debatidas no GT de visibilidade dos produtos **(GT 2)**:
  - Separação da tipologia de materiais educativos, excluindo serviços técnicos, relatórios de pesquisa e organização de eventos de serviços técnicos; separar patentes;
  - Inclusão de comitê ad hoc como instância de validação do produto;
  - Revisão das tabelas de classificação dos materiais educativos após teste com os materiais registrados na trienal 2013, valorizando o componente de inserção local;
  - Realização de reuniões de Comissão de Classificação de Materiais Educativos e revisar as tabelas de pontuação;
- Acatar as sugestões debatidas no **GT sobre livros e eventos (GT 8)**, com exceção do item referente ao índice remissivo, que deve ser valorizado; suprimir “estrutura teórica com rigor acadêmico”.
- Buscar melhorar: o Qualis periódicos em aspectos de inserção social; a Classificação de Livros em termos de indicadores de internacionalização, a Classificação de materiais educativos que apresentem/introduzam novas teorias, novos paradigmas e inovações produzidas na Área.

#### **4.5. Interdisciplinaridade e Pós-Doutorado da Área:** foram aprovadas todas as sugestões do **GT 5**

- Tema é polissêmico. O documento de Área menciona que os Programas de Ensino são, por definição, interdisciplinares. Devemos nos perguntar: São mesmo? Devem ser?

- A maior dificuldade reside no fato dos docentes terem de fato uma formação disciplinar dificilmente superável.
  - Preparar a Área para exercer a interdisciplinaridade implica em desafios como: Barreiras interpessoais; Unidade do conhecimento; Estrutura disciplinar das escolas;
  - Interdisciplinaridade deve ser incluída como tema de pesquisa
  - Desafio: mapeamento das iniciativas da área que se dizem interdisciplinares e a produção científica e educacional correspondente
  - Problema: a falta da área de ensino no CNPq é contra a interdisciplinaridade; o conflito das duas agências: CAPES e CNPq
- Programa de Pós-Doutorado em Ensino:** positivo para a formação de formadores e inserção de novas pessoas oriundas de outras áreas; bem como para interação com grupos de pesquisa nacionais e internacionais; deve ser iniciada a discussão
- Estruturar o apoio à imersão de outros doutores em programas da Área, para ampliar o diálogo com e na Área;
  - Como? Desenvolver um Plano de trabalho de pós-doutorado com características de projetos de pesquisa em ensino, e assumir como supervisor do pos doutorado um pesquisador da área de ensino
  - Estudar a possibilidade de proposição de uma Escola de Altos Estudos: Pesquisa em Ensino
  - Grade de disciplinas e/ou + oferta de campo de estagio supervisionado e/ou+ pesquisa → GT Pós Doutorado

#### **4.6. Acompanhamento de Egressos na Área de Ensino:** aprovadas todas as sugestões do GT 6

##### ***Por que acompanhar os egressos? → Para avaliar e aperfeiçoar do programa***

- Auxiliar na avaliação dos programas;
- Inferir como a formação na Área de Ensino impactou em suas atividades como formador/agente social;
- Avaliar se as disciplinas estão se mostrando úteis no cotidiano do egresso, após a sua conclusão do curso;
- Mensurar a aplicação (na prática) dos produtos desenvolvidos nos Mestrados Profissionais;
- Subsídios para propor novos programas (D, MP, MA);

##### ***Por que acompanhar os egressos? → Para ampliar as relações pessoais e projetos coletivos***

- Identificar as demandas e necessidades desses egressos para ações futuras;
- Valorizar os egressos ao buscar o contato;
- Reconhecê-los como participantes privilegiados da história do programa e da Área de Ensino;
- Estabelecer redes e parcerias para novos projetos e propostas de pesquisa.

##### ***Por que acompanhar os egressos? → Para obter visibilidade político-institucional***

- Comprovar a inserção dos egressos em funções sociais (ensino, saúde, educação, etc.);
- Participação sociopolítica da Área de Ensino no País;
- Atendimento às demandas da Capes para a Área de Ensino.

##### ***Instrumentos para acompanhamento → Foram identificadas variadas experiências associadas aos egressos, com distintos instrumentos para o acompanhamento:***

- Email;
- Eventos;
- Seminários;
- Consulta eletrônica (Google Docs, , Qualtrics);
- Telefonemas...

### ***Subsídios para estruturar a proposta de acompanhamento dos egressos***

- 1) Consulta aos programas sobre sua experiência particular com acompanhamento de egressos, indicada por: instrumentos de contato, como os resultados são utilizados, etc.

#### ***Informações comuns a todos os egressos da Área de Ensino***

- Fariam parte de todas as coletas de informação sobre egressos, e que seriam posteriormente reunidas/agrupadas pela Área de Ensino.
- Conjunto de algumas questões que seriam aplicadas juntamente à demais (que cada programa definiria como importante para sua formação).

#### ***Exemplos de possíveis informações de caráter geral***

- Atuação profissional: antes e depois da conclusão do curso;
- Impacto da formação: Em sua vida pessoal; Em sua situação financeira;
- Sua dissertação\tese\produto foi aplicada(o) \ utilizada(o) após a conclusão do curso?

### **4.7. Cooperação, Redes e Internacionalização: Recomendações do GT 7 aprovadas na plenária**

#### **Cooperação nacional**

- Acompanhar de perto e apoiar a Rede amazônica de doutorado em ciências e matemática identificando dificuldades e buscando soluções conjuntas e apoio da Coordenação da Área
- Buscar linha de fomento para colaboração entre PPG: mobilidade discente e docente entre programas para disciplinas/desenvolvimento de projetos
- Dispensar aos programas AR (associação em rede) o mesmo tratamento previsto aos Dinter: bolsa, dispensa de carga horária.
- Destinar verba Proap a cada polo da AR, garantindo mobilidade a docentes e discentes para disciplinas, bancas e orientação, com linhas de financiamento semelhantes aos programas não AR.

#### **Critérios para criação de redes de pesquisa entre PPG:**

- ✓ no mínimo três programas
- ✓ com linhas de pesquisa afins
- ✓ com experiências diferentes, no sentido de diminuir linearidades e endogenias

#### **Fomento- recomendações:**

- Aproximar a Área Ensino das Diretorias da CAPES vinculadas à formação docente inicial e continuada, presencial e a distância - DEB e DED/UAB, visando fortalecer e fomentar atividades conjuntas pautada pela pesquisa básica e aplicada de interesse comum;
- Entre os PPG e a Educação Básica: financiamento para publicações/produções cheguem às escolas;
- Estabelecer parâmetros para apoio, fomento e acompanhamento de atividades dos Programas de PG em Ensino com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, FAPs e outras; em particular vincular todos os Mestrados Profissionais oferecidos a professores da Educação Básica (em andamento ou futuros) à área Ensino;
- Buscar linha para financiar mobilidade de pesquisadores e alunos, disciplinas/bancas, com um enxoval de instalação para os novos Programas;
- Interferência da CAPES junto às instituições visando a favorecer linha para construção de prédios, redução da carga de trabalho e apoio à participação de docentes em comitês internacionais;

#### **Internacionalização - recomendações:**

- Criar e garantir melhores condições para os alunos (acolhimento de alunos do exterior e envio de nossos ao exterior), através de um enxoval de instalação, bem como a atualização dos valores de bolsas no país e no exterior. No país, instituir programa de índices que atendam e respeitem o custo de vida muito diferenciado nas regiões e cidades.
- Lutar por uma rubrica (valor mínimo) destinada ao apoio no desenvolvimento de atividades conjuntas (workshops, publicações, visitas de pesquisa, seminários especiais no PG, etc) entre docentes (e alunos PD, SWE, PVE) brasileiros e do exterior.
- Sugerir que os editais a projetos financiados pela Capes já contenham, automaticamente, o financiamento para auxílio a participação em eventos internacionais



- Desburocratizar e agilizar a solicitação/resposta de pedidos de auxílios a evento internacionais e para a organização de eventos no país
- Buscar oferecer facilidades para formação em português para estrangeiros
- Aumentar o aporte financeiro e reduzir a burocracia para participações em eventos no exterior que envolva apresentação de trabalhos. Projetos financiados pela Capes já incluir “automaticamente” verba para isso.
- Criar Programa de Cooperação Internacional entre PGs, visando principalmente à criação, desenvolvimento ou fortalecimento de linhas de pesquisa.
- Ampliar o fomento para Cooperação Internacional, com a garantia de que pelo menos uma proposta da Área de Ensino seja incluída na lista final de projetos aprovado do respectivo Edital, se receber avaliação positiva.
- Criar um programa específico de formação pós-doutorado no exterior (com bolsa) para professores credenciados na Área de Ensino.
- Buscar apoio para que nossas revistas penetrem em outros países, favorecendo sua publicação em língua estrangeira: a) com o financiamento para a tradução de artigos (espanhol e inglês) e b) ou linha específica de fomento à produção de periódicos nacionais a serem publicados em língua inglesa (com o financiamento de traduções para periódicos).
- Ampliar e garantir o acesso grátis (assinaturas no portal de periódicos) aos mais importantes periódicos internacionais da Área de Ensino e/ou das áreas de conhecimento que a compõe.
- Buscar maior articulação dos Programas de Licenciaturas Internacionais com a PG e a Área de Ensino.
- Buscar linha de apoio para revisão de textos para publicação (já incluído em projetos financiados pela Capes)
- Buscar financiamento para os exames TOEFL-like para prova de proficiência

#### **Cooperação sul-sul:**

- Buscar mais agilidade administrativa, fomento e acompanhamento interno nas IES conveniadas. Exemplificando: facilitação nas matrículas; apoio junto aos órgãos de segurança pública e fiscal/bancário nas documentações exigidas; sistema de apoio pedagógico, linguístico e de saúde (seguro); apoio financeiro de instalação na cidade (enxoval).
- Apoio para que a Área possa ampliar vagas para MS e DR a estudantes de todos os países lusofônicos africanos e asiáticos, bem como dos vizinhos – sul-americanos e do Caribe;

#### **Cooperação Sul-Norte:**

- Ampliar as co-tutelas e convênios inter-programas em regime de reciprocidade com os países ibéricos que têm tradição em PG - México e europeus, para programas SDW, PD e PVE - (lembrando que docentes da Área também visitam estes PGs de outros países, que estudantes de lá fazem DR sanduíche aqui e que docentes estrangeiros fazem PD aqui no nosso país). Buscar expansão também de parcerias para IES de países anglo-saxônicos e outras línguas, garantido programa paralelo de suficiência/proficiência em língua portuguesa pelos departamentos de língua vernácula das IES participantes.

#### **4.8. Algumas notas que sintetizam ideias trabalhadas no Seminário**

- A identidade da Área é marcada pelo que ela produz: conhecimento expresso em teses e dissertações, produção técnica, egressos formadores de formadores, bem formados. Por isso a avaliação qualitativa da produção dos PPG e particularmente da inserção de seus egressos é essencial, superando a avaliação predominantemente quantitativa.
- Continua paradoxal o fato da CAPES incentivar com bolsas a formação de Mestrados Profissionais em Ensino em outras Áreas (Profs em rede) e desmotivar os Mestrados Profissionais da Área de Ensino

- Como Área de Pesquisa, há que se ter, em todos os Programas, a valorização do componente acadêmico, mas com pesos diferentes.
- A Área deve trabalhar a conexão entre pesquisadores, professores e o cotidiano na escola, de modo a que seja pontuado o papel da Área na escola brasileira.
- A inserção social se refere diretamente ao peso que a extensão assume na avaliação. Para ser valorizada, será necessário repensar o peso do componente de produtividade acadêmica.
- Os produtos gerados pelas pesquisas da Área requerem interação com o Sistema de Ensino e com o Sistema de Formação de Professores.
- O que mais aproxima os Programas das escolas são os eventos locais, que podem reunir centenas de professores e possibilitar ampla disseminação do conhecimento gerado.
- Na avaliação de eventos, o que deve ser mais valorizado é a participação autoral dos professores que apresentarem trabalhos
- O limite em 8 alunos por docente deve ser rediscutido no CTC e relativizado, se o objetivo for integrar na orientação alunos em Mestrado Profissional e alunos em Programas Acadêmicos número.
- Será importante compartilhar experiências de Programas com o uso da Plataforma Brasil para registro de projetos com necessidade de aprovação por Comitê de Ética
- Deve-se recomendar à CAPES a revisão da Portaria sobre as bolsas, de modo a que seja menos dúbia quando se referirem a licenciandos que não trabalham, a professores da educação básica e a professores do ensino superior, pois há casos muito desiguais, de pessoas que acumulam salários e bolsa, outras que com salários baixos são impedidas de receber bolsas mesmo quando disponíveis, e há casos de recebimento de bolsas do Pro-Uni e do ReUNI.
- Participação nos desafios de expansão da Área e boa inserção social devem implicar em bônus e valorização na avaliação trienal, especialmente nos eixos estruturantes definidos no Seminário.

## 5. Contribuições sistematizadas em alguns grupo de trabalho

### Contemplados nos itens 1 a 3 do Relatório

GT-2 (1º dia)- Visibilidade/Inserção social → conclusões inseridas no item 4

GT-3 (1º dia)- Identidade da Área e Câmaras → conclusões inseridas no item 4

GT-4 (1º dia)- Equidade/ Fomento / Expansão → conclusões inseridas no item 4

GT-5 (2º dia)-Interdisciplinaridade/ Pós-Doutorado → conclusões inseridas no item 4

GT-6 (2º dia)-Acompanhamento de Egressos → conclusões inseridas no item 4

GT- 7 (2º dia)- Cooperação/ Redes nacionais/Internacionalização → conclusões inseridas no item 4

### GT-1 (1º e 2º dias) – Produtos Educativos

O GT1 se dispôs a analisar os produtos educativos e a produção técnica, e, num primeiro momento socializou as dúvidas e preocupações com esse tipo de produção. A proposta inicial era analisar as várias categorias de produtos e tentar entender e caracterizar os tipos de produtos. Várias questões foram levantadas, entre elas, validação, registro (ISBN, registro iconográfico, etc.), impacto, granulação, e os trabalhos técnicos (p.e revistas técnicas). Sobre a validação do produto discutiu-se sobre a diferença entre a validação pela banca avaliadora da dissertação e a avaliação por ad hoc (órgão de fomento, comitês científicos, etc.), aceitando-se ambas. Outro ponto discutido foi uma convergência com as políticas públicas de produção, **licenciamento e disponibilização livre**, adotadas pelo MEC em iniciativas como o **Banco Internacional de Objetos Educacionais** e o **Portal do Professor**, além de diversos **Repositórios de Acesso Aberto** mantidos por diversas universidades públicas brasileiras.

Com base no debate destas questões, procurou-se, nas pontuações referentes aos produtos, distinguir as iniciativas que disponham um licenciamento livre, como Recursos Educacionais

Abertos (REAs) e hospedagem em Repositórios de Acesso Aberto, dado que, um repositório, por ter uma base de metadados indexada internacionalmente, possibilita uma maior disseminação, portanto, um maior impacto, para os produtos educacionais lá hospedados. Como essas iniciativas são de grande impacto potencial na comunidade de Ensino e dado, para alguns grupos, o seu caráter de novidade, vale a pena, aqui, fazer uma breve digressão sobre o assunto.

Está no cerne da concepção dos Mestrados Profissionais na área de Ensino (MPE) o fato do espaço de pesquisa ser o próprio ambiente de atuação do professor-mestrando, de modo a permitir maiores condições que o fruto de sua pesquisa permeie a sua prática docente e sirva como um dos elementos transformadores do processo de ensino-aprendizagem em sua região. É desejável que este impacto não seja apenas de caráter local, mas possa ser difundido através de políticas de licenciamento e hospedagem dos produtos educacionais que são frutos do trabalho de pesquisa desenvolvido nos MPE. Desta forma, a conclusão do grupo, ratificada pela plenária do Seminário de Área, procura incentivar o seu licenciamento como Recursos Educacionais Abertos, cuja definição é:

“REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou que estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos Educacionais Abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento.” (UNESCO, 2011).

Para que as potencialidades dos REA (<http://www.rea.net.br/site/faq/>) não entrem em conflito com as questões de direitos autorais, o **licenciamento** torna-se imprescindível. Desta forma, este documento procura **incentivar o uso de licenças Creative Commons** (CC, informações em <http://creativecommons.org>) que podem ser customizadas /adaptadas pelos autores, de forma a permitir os “quatro erres”, a saber: **Reusar, Revisar, Remixar e Redistribuir**. Assim, uma licença CC permite aos autores que delimitem as permissões de alterações, citações e, inclusive de usos comerciais ou não.

Cabe também demarcar as **diferenças entre Portais e Repositórios**. Os Portais, embora desempenhem um papel importante, por exemplo, na divulgação científica e tecnológica, não necessariamente são pautados por um corpo editorial ou tem os objetos educacionais (que são os produtos educacionais lá depositados) indexados através de uma base de metadados internacional que esteja conectada à comunidade internacional, importante canal de divulgação e importante etapa que pode alavancar o uso, e, portanto, o impacto, dos produtos educacionais desenvolvidos nos Programas de PG em Ensino. Desta forma a recomendação é **incentivar o depósito dos produtos educacionais em Repositórios Institucionais de Acesso Aberto**, por contemplarem os aspectos supracitados. Repositórios Institucionais são organizados tendo por base os metadados e são mantidos por instituições de ensino e pesquisa com conteúdo relevante para aquela comunidade.

Outra questão debatida foi o **impacto** do produto educacional, e como mensurá-lo. A sugestão foi identificar as categorias de produtos publicadas nas páginas dos programas educacionais e produzir um “Guia de Fontes de Produtos Educativos dos Mestrados Profissionais do Brasil”.

O GT sentiu necessidade de continuidade das discussões, e discutiu as orientações do documento da área nas páginas 52 e 53. Recomendou **reduzir as categorias de 12 para 8** incorporando como **Serviços Técnicos: organização de eventos, relatórios de pesquisas, patentes e outros serviços técnicos**. Permanecem como itens de produtos educativos: 1. Mídias educacionais; 2. Protótipos;

3. Propostas de ensino; 4. Material textual; 5. Materiais interativos como jogos etc.; 6. Atividades de extensão; 7. Desenvolvimento de aplicativos; 8. Programa de rádio e TV.

Em relação à Validação: a recomendação é incluir como instâncias de validação: 1- banca de defesa da dissertação, que já qualifica o produto como validado, já que os integrantes da banca, são por definição, docentes com experiência e/ou formação na área de Ensino. Isto qualifica a condição de validação como de “existência do produto”. Este ponto não deve ser confundido com a “validação” como resultado de uma inovação metodológica no processo de ensino-aprendizagem. Além desta validação feita pela banca de defesa da dissertação, entendida como resultado de um processo de pesquisa na área de Ensino, pode-se também considerar a avaliação por pares, seja na publicação de artigo em periódicos indexados, na apresentação de eventos arbitrados na área de Ensino e, também, na aprovação de projetos de pesquisa por agências de fomento, como resposta a editais que contemplem a área de Ensino.

Em relação ao Registro: a recomendação é incluir como instâncias de registro: 1- registro das etapas ou tutorial do produto; 2-declaração da escola onde o produto foi aplicado. A declaração da Escola seria uma “condição de existência” do produto, ou seja, ele foi concebido e realmente foi aplicado no ambiente escolar.

Em relação à tabela 17 do documento de Área: foram sugeridas alterações: 1- retirar o asterisco; 2- trocar a exigência de distribuição cópias físicas editoradas por registro: autoria, registro iconográfico, ISBN, prefixo editorial na própria instituição (sim ou não). Pode ser registrado na biblioteca central da universidade e isso deve ser válido como prova. Comprovação de Direito autoral: recomenda-se mandar a obra para si mesmo/mesma ou para a pró-reitoria por carta registrada e não abri-la. Se houver alguma eventual apropriação indébita da obra, a autoridade judicial é quem deve abrir o envelope. Também foi recomendado que os Programas circulem entre si quais são as possibilidades de registro que existem.

**\*\*Uso em processos de formação:** a maior dúvida é como comprovar a quantidade de pessoas atendidas/participantes em cursos e oficinas de formação. Algumas possibilidades são: declaração da Secretaria de Educação, da Direção da escola, da coordenação do PPG. Recomenda-se manter os valores da tabela original, pois as propostas de mudança não são consensuais.

Desse modo, a Tabela 17 do documento de Área deve evoluir para a seguinte formatação

CRITÉRIOS	NOTA				
	0	1	2	3	4
Validação	Não	-	-	-	SIM
Incorporação ao sistema educacional ou de saúde		Internacional	Nacional	Estadual	Local e ou municipal
Acesso on line		Redes fechadas	Portal nacional ou internacional com custo	Portal nacional ou internacional de acesso livre	Repositório nacional ou internacional de acesso livre
Registro	Não	-	-	-	SIM
Uso em processos de formação (pessoas em cursos/oficinas)	não	até 100	de 100 a 500	de 500 a mil	mais de mil

Enquadramento nos estratos: T1=nota 1 a 4; T2= nota >4 até 8; T3= nota >8 até 12; T4= nota >12 até 16; T5= nota >16 até 20.

Valor do produto de cada estrato para a avaliação: T1=5; T2=10, T3=20; T4=40, T5=60



## GT- 8 (2º dia)- **Papel de livros e artigos apresentados em eventos dentro do contexto da Área de Ensino).**

O grupo reafirma a posição manifesta no Documento de Área – 2013 que salientou a importância da produção de livros, capítulos de livros e artigos completos apresentados em eventos como parte significativa da produção derivada dos estudos e pesquisas desenvolvidos dentro dos Programas da área. Essa conclusão deriva da leitura coletiva e da discussão do documento de Área nos trechos alusivos à classificação dos livros (p. 39 ...) e à classificação de artigos completos publicados em eventos (p. 50 ....).

### **Livros**

- Um aspecto que vale sempre considerar é relativo aos critérios utilizados para definir quais livros devem ser considerados para avaliação: livros acadêmicos, livros didáticos, enciclopédias, verbetes, livros-catálogos, etc, que remete para o problema da distinção entre livros e outros materiais mais próximos da ideia de produção técnica. O ponto fundamental é que sejam **publicações vinculadas às áreas de concentração e linhas de pesquisas dos Programas da Área.**

- Foram também discutidos os critérios de avaliação utilizados na Trienal – 2013, do que surgiram proposições para alteração de algumas partes do documento:

a) Item 3 – Características da Editoria

→ subitem 3.1 – Análise Editorial: sugere-se a mudança nos dois últimos campos dos critérios de análise editorial. Ficaria assim:

- Disponibilização do livro em formato digital: 5 pontos

- Acesso livre ou gratuito: 10 pontos

b) Item 3.2 – Produção da Obra

→ subitem: A obra pertence a uma coleção: Sim: 6 pontos; Não: 4 pontos

c) Item 4 – Características adicionais da obra:

→ subitem: Possui índice remissivo: o GT sugeriu a atribuição de 6 pontos para Sim e 4 para Não, mas a plenária não acolheu essa sugestão.

- Introduzir um tópico que focalize e pontue obras nacionais traduzidas para outro idioma. Temos que valorizar obras produzidas no âmbito da Área que são traduzidas para outros países. Se isto for aceito pelo CTC seria necessário reavaliar as pontuações atribuídas na tabela p. 45 (Critério Adicional).

d) Item 5 – Avaliação qualitativa de conteúdo: esse foi considerado um critério problemático, pois a dinâmica realizada para a avaliação dos livros não permite que relevância e originalidade possam ser adequadamente avaliadas, no contexto comparativo de outras produções nacionais e internacionais. Os itens sobre relevância (a obra tem estrutura teórica com rigor acadêmico, precisão de conceitos e de terminologia?) e originalidade (A obra apresenta a formulação de problemas de investigação originais e/ou métodos e abordagens inovadoras e/ou contribuição inovadora para o campo de conhecimento ou para aplicações técnicas?) são evidentemente importantes mas como avaliá-los no sistema atual?

e) apontamentos sobre o uso da planilha de preenchimento de dados sobre livros e capítulos de livros: ela pode ser aprimorada para facilitar seu preenchimento?

f) Tabela 3.1 – item abrangência: questionam-se os percentuais, sugerindo-se valorizar mais o conteúdo da obra e não aspectos adicionais (critérios adicionais, p. 45)

**Sobre os trabalhos em eventos:** Não houve tempo suficiente para discutir com profundidade esse tema. Permanecem alguns questionamentos: Eventos devem ainda ser valorizados? Deve-se manter um valor limite para a pontuação de artigos em eventos? Está adequado o peso (pontos) em relação ao artigos em periódicos e livros + capítulos de livros?

- Tabela de classificação 16, p. 52. É preciso conferir a atribuição de pontos item a item.

## 6. Considerações finais/ avaliação e imagens marcantes

Mensagens (algumas) enviadas à coordenação (espontaneamente ou em resposta ao pedido de avaliação), que podem dar uma ideia do clima geral que se instalou no seminário e em especial na sua plenária final.

- ✓ O 3º seminário sem dúvida marca um recomeço, com nova liderança, com diálogo e perseverança na busca por romper o paradigma “em sede” e “em rede”, bem como busca a equidade em financiamento. Levou a Área para além das dependências da DAV, buscando a interlocução com os diferentes pares, a quem de direito, em busca da melhoria das condições de oferta dos Programas de Pós-Graduação, no país e fora dele. Foi ao encontro das melhorias do ensino, quer seja na educação básica ou nas demais áreas, tanto no espaço formal como o não formal. Motivante!
- ✓ Em 3 Seminários de Acompanhamento da Área, foi a primeira vez que não sai frustrada (1a vez) ou angustiada (2a vez). Saí motivada a trabalhar e a conclamar os professores de Meu Programa a continuar nesta caminhada em busca da excelência de nossa Área e avaliando as ações apontadas para que alcancemos nosso objetivo, que é de fazer a diferença para nossos estudantes.
- ✓ Foi muito bacana passar estes três dias com vocês, tendo discussões em alto nível com colegas realmente comprometidos com a melhoria da Educação em nosso país. É gratificante voltar de uma reunião de trabalho com a nítida sensação de que aprendemos muito mais do que contribuímos.
- ✓ Saímos do seminário com a percepção que se generalizou de que a Área pode surpreender a CAPES e a sociedade como um todo, assumindo forte protagonismo na interação com a educação básica e pode inovar bonificando ações de extensão, tradicionalmente subavaliadas;
- ✓ Destaco as palavras: Liderança (da Gestão da Área), Diálogo (da Gestão da Área e os pares do MP), Perseverança (Da área em buscar mitigar nossos problemas em relação a CAPES e o Governo);
- ✓ Percebemos avanços na consolidação da Área.
- ✓ Houve interação entre diversos atores do "cenário 46", que gerou um diálogo plural e representativo. O seminário proporcionou a todos, também, a conscientização a respeito de problemas graves (perceptíveis, por exemplo, nas respostas apresentadas pela DAV) e estratégicos (perceptíveis, por exemplo, na interação com a Diretoria de Educação Básica e com representante do Parlamento).
- ✓ Problemas estruturais que não são de responsabilidade da Área (como a questão das bolsas, por exemplo) ocupam espaço e tempo preciosos que poderiam ser utilizados de modo a adensar questões acadêmicas de nosso universo.
- ✓ Ficou claro os muitos empecilhos políticos na obtenção das bolsas de mestrado profissional mas não ficou claro o que vai ser feito daqui por diante.
- ✓ O seminário foi enriquecedor, avançando em questões difíceis
- ✓ As palavras que definem minhas reflexões sobre o evento são: organização, complexidade, mas perspectivas de mudanças futuras para maior integração das subáreas,
- ✓ Nossa reunião foi muito boa; bastante produtiva.
- ✓ Foi excelente e muito gratificante estar com todos vocês nessa nossa movimentada e agradável reunião
- ✓ Realmente a troca foi muito boa.
- ✓ Foi muito bom trabalhar com vocês. Estou a postos para o que for necessário daqui para frente.
- ✓ Parabéns pela condução dos trabalhos... foi de muito fôlego e sensibilidade
- ✓ Parabéns pelo encontro, pela cordialidade e pelo profissionalismo. Nosso muito obrigado,

- ✓ Parabéns pela organização e condução do nosso seminário. Foi extremamente produtivo e nos levou a pensar em várias alternativas e possibilidades de ampliar as ações no nosso Programa.
- ✓ Parabéns à equipe que organizou o seminário. O mesmo não seria o sucesso que foi se não fosse a organização que teve.
- ✓ Parabéns pelo excelente trabalho. Temos agora ânimos apaziguados entre nossos colegas e isto é um grande feito.
- ✓ Parabéns pela organização e desenvolvimento do evento, que cumpriu muito bem seus objetivos.
- ✓ Parabéns pelo sucesso do 3º Seminário.

#### Imagens.....



**Grupos de trabalho e Mini-mostra de produtos acadêmicos e educacionais**





**Abertura e plenária**



**Palestrantes: Livio Amaral (DAV), Carmem Neves (DEB), Paulo Rubem Santiago (Parlamento)**



**Plenária**



**Mesa de apresentação de cursos notas 5 e 6**



**Anexo 1: Lista de Participantes do 3º Seminário**

<b>Nome</b>	<b>IES</b>
1. Alessandra Dutra	UTFPR-MP
2. Alessandro Jacques Ribeiro	UFABC
3. Amarildo M Gonzaga	IFAM
4. Amarildo Melchiades da Silva	UFJF-MP
5. Bernadete Barbosa Morey	UFRN-MP
6. Carlos Alberto Marques	UFSC-MD
7. Carlos Henrique de F. Burity	UNIGRANRIO-MP
8. Celso del Ré Carneiro	UNICAMP – G-MD
9. Clecit Werner da Rosa	UPF-MP
10. Conceição Solange Perin	UNESPAR-M
11. Cristina Delou	UFF-MP
12. Dale Bean	UFOP-MP
13. Deisi Nanci de Castro Mesquita	UFG-MP
14. Edda Curi	UNICSUL-MD
15. Edda Curi	UNICSUL-MP
16. Edmerson dos Santos Reis	UNEB-M
17. Elcio Schuhmacher	FURB
18. Eliana Marques Zanaba	UNESP-Bauru-MP
19. Eliane Angela Vett	UFRGS- MD
20. Eliane Angela Vett	UFRGS- MP
21. Eliane Scheid Gazire	PUCMinas
22. Elizabete Z. Burigo	UFRGS-MP
23. Eniz Conceição Oliveira	UNIVATES-MP
24. Esequiel Oliveira (rep. Claudia Sonco)	UERJ-CAP
25. Fabiana Roberta Gonçalves e Silva Hussein	UTFPR-MP
26. Francisco Roberto Pinto Mattos	CPII/RJ
27. Gisele Roças	IFRJ/COORD MP
28. João Carlos Krause	URI-MP
29. José Messildo Viana Nunes	UFPA-MP
30. Lidia Ruiz Moreno	UNIFESP-MP
31. Luciano Fernandes Silva	UNIFEI-MP
32. Luciene Lima de Assis Pires	IFG
33. Maira Ferreira	UFPEL-MP
34. Marcelo Borges Rocha	CEFET/RJ
35. Márcia Maria Fusaro Pinto (rep Tatiana Roque)	UFRJ-M
36. Marcos Cezar de Freitas	UNIFESP-D
37. Marcus Vinicius Maltempi	UNESP-Rio Claro-MD
38. Maria Bernadete Pinto dos Santos	UFF-M
39. Maria Goretti de Vasconcelos Silva	UFC-
40. Maria Julia Corazza (adjunta: Neide M.Kiomanis)	UEM
41. Maria Rita Avanzi (adjunta: Patricia F. Machado)	UnB-MP
42. Marilena Bittar	UFMS-M
43. Marta Feijó Barroso	UFRJ – IF-MP
44. Marta Maria Darsie	UFMT-UFPA-UEA-D

45. Mauricio Urlon Kleinke	UNICAMP-MD
46. Maurivan Guntzel Ramos	PUC-RS
47. Mayla Brandão Angros (rep. Alexandre Lopes)	IFRJ – M
48. Mayla Brandão Angros (rep. Alexandre Lopes)	IFRJ – MP
49. Nestor Cortes Saavedra Filho	UFPR-M
50. Nilce Maria Silva Campos Costa	UFG-MP
51. Paula Moreira Baltar Bellemain	UFPE-M
52. Paulo Marcelo M. Teixeira	UESB
53. Raymundo Ferreira Filho	IFSUL
54. Régia C. Lima	UERR
55. Regina Helena de O. Lino Franchi	UFOP-MP
56. Renato Eugênio da Silva Diniz	UNESP- Bauru-MD
57. Robson Domingues (coord. adjunto)	UEPA
58. Rogerio Dias Renovato	UEMS
59. Rosileia O. de Almeida (rep. Waldomiro Filho)	UFBA
60. Rosimeri Monteiro Silveira	UTFPR-MP
61. Saddoag Almouloud	PUC/SP
62. Sani de Carvalho Rutz da Silva	UTFPR-D
63. Shirley Takeco Gobara	UFMS-MP
64. Silmar Antonio Travain	UFOP-MG
65. Silvanio de Andrade	UEPB
66. Simone Cabral dos Santos	UERN
67. Tamara Cardoso André	UNIOESTE-M
68. Tania C. Araujo Jorge	FIOCRUZ/COORD
69. Tania Campos (rep Ruy Cesar Pietropaolo)	UNIBAN-MD
70. Terezinha Valim O. Gonçalves	UFPA-MD
71. Thais do Canto-Dorow (rep. Eleni Bisognin)	UNIFRA-MP
72. Vera Aparecida Martin	UEFS
73. Wellington Lima Cedro	UFG-M

## **Anexo 2: Apresentação dos Programas notas 5 e 6**

### **Anexo 2.1: UNESP-Bauru, Renato Diniz → Educação para a Ciência, Mestrado e Doutorado**

**Sede: Faculdade de Ciências da UNESP em Bauru**

**Articulação de polos em 5 municípios (coordenador: Botucatu)**

**Programa com 17 anos, que teve origem em um curso de Especialização**

**35 docentes, 5 linhas de pesquisa**

**300 Dissertações de Mestrado e 100 Teses de Doutorado**

**Matrículas ativas: 87 doutorandos e 70 mestrandos**

**Medidas interessantes que permitiram o avanço para o estrato de excelência na Área:**

- **Reunião dos docentes em grupos de pesquisa no diretório do CNPq**
- **Reuniões técnicas do programa: seminários anuais, no início do 2º semestre, com apresentação das teses e dissertações em andamento**
- **Edição da Revista:**
- **2 ProCAD + 1 DINTER**

### **Anexo 2.2: UNESP-Rio Claro, Marcus Maltempi → Educação Matemática – Mestrado e Doutorado**

**Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – PPGEM**

**UNESP - Rio Claro → 30 Anos – 13 e 14 de maio ; Sede: Rio Claro**

**Coordenador : Prof. Marcus V Maltempi**

**Objetivo: Compartilhar um pouco da trajetória do PPGEM, trazer dados recentes, um pouco da nossa dinâmica e desafios e propostas**

**Início, Organização e Avaliação:**

- **Programa com 30 anos de experiência, e 20 anos de doutorado iniciado em 1993; Migrou da área de Educação para a de Ensino;**
- **Mestrado Acadêmico – 1984**
- **Doutorado – 1993**
- **Vinculado à Área de Educação, da Capes, até ~2007, quando migrou para a Área de Ensino**
- **Nota 5: trienal 2004, 2007, 2010**
- **Nota 6: trienal 2013 - Reconsideração**

**Dinâmica**

- **Processo seletivo de junho a setembro , fixo há 6 anos, sem prova;**
- **Disciplinas obrigatórias, divididas em três grupos**
- **Organiza Jornadas – seminários obrigatórios dos alunos- 2 para doutorandos e 1 para mestrandos;**
- **SMEM – seminários com convidados externos, sobre temas diversos, toda terça-feira às 14h, há quase 30 anos**
- **Revista Bolema – 29 anos – A1 , participação dos alunos é fortemente incentivada**
- **Grupos de Pesquisa**
- **Cinco linhas de pesquisa**
- **Outras atividades: Festas; Vôlei; Caminhadas etc.**

**Dados: Evolução: passou de 75 para 143 alunos; de 19 para 28 docentes (14 fora de Rio Claro); de R\$40.800 para R\$ 58.600 (o financiamento não acompanha o crescimento, e há dificuldades para garantir a mobilidade de docentes e discentes).**

- **2009: 75 alunos (33 M; 42 D); 19 profs.**

- 2010: R\$40.800,00 – 75 alunos; 21 profs.
- 2011: R\$40.800,00 – 110 alunos; 23 profs.
- 2012: R\$56.800,00 – 109 alunos; 25 profs.
- 2013: R\$56.800,00
- 2014: R\$58.600,00? – 143 alunos (48 M; 95 D ); 28 profs.
- Bolsas disponíveis = 38 (+8)
- Mestrado: 11 CAPES-DS; 08 CNPq = 19
- Doutorado: 15 CAPES-DS; 04 CNPq = 19
- FAPESP: Mestrado 1; Doutorado 7. Total = 8
- Número de docentes: 28 , 10 residentes fora de Rio Claro , 8 aposentados (4 de fora de Rio Claro)

#### **Desafios e Propostas:**

- Aumentar verba Proap: mais bolsas ou melhorar Peso da Área na Capes
- Mais docentes e alunos => maior nota => sobrecarga na coordenação (aumentam as oportunidades/editais) e também problemas na permanência dos discentes no PPGEM
- Sugestão: orientação da Capes às IES para “aliviar carga” dos coordenadores
- Financiamento – internacionalização e universidade multicampus
- Professores de IES afastados com vencimentos não podem receber bolsa Capes-DS
- Recursos de agências como Capes, CNPq e as Faps são necessários para sustentarem locomoções e estadias de professores que se deslocam para fins colaborativos
- Financiamento de despesas com locomoção e estadias de docentes (multicampus), incluindo aposentados
- Criação de linhas que abram recursos para construção de prédios para abrigarem os centros de pesquisa que esses Programas, ao se desenvolverem nessa direção, requerem
- Esperar que as Universidades se acertem entre si nesses assuntos, não avança. Há obstáculos de muitas ordens, requerendo uma "voz mais alta", por exemplo, do MEC/CAPES, que organize questões como essas
- Valorização da Educação Básica passa por formação pedagógica dos alunos de pós-graduação de programas que formam possíveis professores de cursos de licenciatura. A Capes deveria induzir isso => formação inicial

**Anexo 2.3: UFSC → Carlos Alberto Marques → Educação Científica e Tecnológica – Mestrado e Doutorado**

#### **Pontos positivos apresentados: Programa de PG em Educação Científica e Tecnológica**








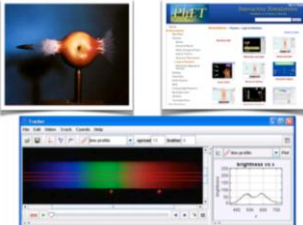



- Foco definido “subárea” EC e Tecnologias, convergência do enfoque CTS no na ECT
- Inter-Unidades, professores dos núcleos de ensino nos departamentos de conteúdos específicos e do centro de educação.
- Bom Processo Seletivo: transparência e equidade A/O. Seleção Ms anual, DR: agora anual, defasado
- Centralidade da Pesquisa e grupos de pesquisa envolvendo alunos. 6 Linhas de Pesquisa
- Corpo docente experiente, mesclado com mais novatos (transição). Numero docentes não muito grande. Bom processo de credenciamento docente.
- Reuniões Pedagógicas, fora do administrativo.
- Equilíbrio na oferta das Disciplinas (Ob e Op).
- Ênfase do campo epistemológico (Ms e Dr) e preparação para fazer pesquisa (Seminários de dissertação Ms)



- Compromisso em dar publicidade para aquilo que produzimos e relação com as Redes de Ensino
- Internacionalização? (processo natural)

#### Anexo 2.4: UFRGS → Eliane Veigt → Ensino de Física (MP) nota 5

- Aulas em um único dia na semana (2ª ou 6ª feira)
- Dissertação com produto e o teste de sua aplicação, o relato circunstanciado da avaliação;
- Muitos alunos egressos da graduação no Inst. de Física
- Desafios: reduzir a evasão; revalorizar os egressos; articular melhor a participação de alunos PIBID nos projetos do Programa; melhoria nos materiais educativos; trabalhos mais coletivos do que individuais.

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE FÍSICA PROGRAMA DA PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO DE FÍSICA</p> <p><b>PPG em Ensino de Física</b></p> <p>Mestrado Profissional (2002) Mestrado Acadêmico (2006) Doutorado (2008)</p> <p>Coordenadora: Eliane Angela Veigt Coordenadora Substituta: Fernanda Ostermann maio 2014</p>	<p><b>Objetivo do MPEF</b></p> <p>Melhoria da qualificação profissional de Professores de Física de nível médio, e das Licenciaturas em Física ou afins, em plena atividade no sistema de ensino, em termos de conteúdos de Física, de aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos do ensino da Física, e do uso de recursos tecnológicos e inovadores no ensino de Física.</p> <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p><b>Docentes do MPEF</b></p> <p>Docentes pesquisadores em Ensino de Física:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Marco Antonio Moreira</li> <li>Fernanda Ostermann</li> <li>Fernando Lang da Silveira</li> <li>Eliane Angela Veigt</li> <li>Ives Solano Araújo</li> <li>Neusa Terezinha Massoni</li> <li>Alexsandro Pereira de Pereira*</li> <li>Paulo Roberto Menezes Lima Jr.*</li> </ul> <p>+ Pesquisadores em Física Teórica, Experimental e Astronomia * Ingressou no final de 2013</p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>
<p><b>Discentes do MNPEF</b></p> <p>Ingresso: 10 alunos/ano (exceto 2012) Professores de todo RS e oeste de SC alguns de Institutos Superiores</p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p>O que se espera O que conseguimos Nossos desafios</p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p><b>Refletir</b></p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>
<p><b>Refletir e conhecer</b></p>  <p>PROJETOS FÓRUMS WIKIS</p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p><b>Diversificando recursos</b></p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p><b>Produtos</b></p>  <p>+ Textos de Apoio ao professor</p> <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>
<p><b>Aplicação do produto</b></p>  <p>Um jeito novo de ensinar física</p> <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p><b>Resultados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>77 mestrados concluídos (em 10 anos)</li> <li>~ 77 produtos</li> <li>publicações (Física na Escola, RBEF, eventos)</li> <li>formação de recursos humanos</li> <li>efeitos na escola (!)</li> </ul>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>	<p><b>Como melhorar?</b></p> <p>Evasão Envolvimento dos egressos em projetos de formação continuada (OE, FORPROF) PIBID como meio de disseminação do produto Incentivo à melhorias e complementação de materiais já desenvolvidos</p>  <p>Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS: <a href="http://www.if.ufrgs.br/ppgefis">http://www.if.ufrgs.br/ppgefis</a></p>

#### Anexo 2.5: UNICSUL → Edda Curi → Ensino de Ciências (MP) nota 5

## Perguntas e respostas:

### 1- Em quantos Programas os docentes podem participar?

R: Como docente permanente = pode participar em 2 programas acadêmicos ou em 3 se um deles for Mestrado profissional ou programa em região prioritária (Norte e Centro Oeste), e contribui com sua produção para ambos, a critério do PPG ou da Área de vinculação do Programa;

Como docente colaborador: sem limite, em quantos programas quiser, mas nesse caso vinculado apenas a seu respectivo aluno, e só contribui para a produtividade do programa a produção conjunta com o aluno.

### 2- Como os alunos participam da gestão da Revista BOLEMA?

R: Como um estágio, em sistema de sigilo, participando da gestão da revista, acompanhando os artigos submetidos, como são distribuídos para pareceristas, os debates entre eles e os autores, e a evolução das diferentes versões dos artigos, desde que chegam até serem publicados.

### 3- Como são considerados os produtos finais nos MPs?

R: Como produtos a serem avaliados nas salas de aula. As dissertações se configuram em produtos com seus respectivos testes e a conclusão a respeito.

## Anexo 3.1: Apresentação dos palestrantes – Livio Amaral – dav@capes.gov.br

### PONTOS DE REFERÊNCIA

1930 1ª UNIVERSIDADE DO BRASIL- USP

1951 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) MCTI

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) MEC

1965-67 Reforma Universitária- (sistema federal)

1976 Início da Avaliação periódica (com notas): apenas para mestrado – doutorado (stricto sensu) e não para Especialização (lato sensu)

~ 1985 títulos válidos (mestrado & doutorado) para: concurso de docentes em universidades públicas e concurso em órgãos/empresas (privadas)

~ 1990 estrutura de ensino superior: estrutura:

- Faculdade isolada

- Centro Universitário

- Universidades

% de doutores e % mestres

Mínimo 4 mestrados + 2 doutorados

~2000 financiamento de CAPES – PPGs (administrativa, equipamentos ... )

- editais específicos: MINTER / DINTER, mestrado profissional,
- interdisciplinaridade

### ENSINO: FUNDAMENTAL e MÉDIO → PG e FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Fig. 1: Escolaridade da população brasileira

Fig. 2: Bônus salarial pela progressão na escolarização

Fig. 3: Mapa da distribuição de PIBID e PARFOR

Fig. 4: Mapa da distribuição de matrículas no ProfMat

### SNPG: EVOLUÇÃO RECENTE e FOMENTO

Fig. 5: Número de Programas; Fig. 6: Número de Bolsas; Fig. 7: Orçamento



## **SNPG: PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS**

- Mestrado Profissional ↔ Acadêmico (reenquadramento)
- Periodicidade da avaliação ( 3, 4, 5 anos )
- avaliação anos para os PPGs com notas 6 e 7 por comissão internacional)
- diferenciar os comitês de avaliação e o período avaliativo para os Mestrados Profissionais, com indicadores/critérios ainda mais específicos
- Fazer estudos de avaliação do SNPG de forma a induzir mestrados e doutorados nos setores produtivos
- Minter/Dinter (?) & APCNs (calendário publicado em jan14)
- Módulo Coleta - Plataforma Sucupira (em 2014): integração CV-Lattes & plataformas corporativas
- Coordenadores de Área (mandato & Comitê de Busca)
- Janela de mudança PPGs → entre Áreas
- Mestrado Profissionais em Rede Nacional: instrumentação, nits, gestão escolar
- Mestrado Profissional Acadêmico (reenquadramento)
- Diferenciar e separar totalmente os comitês de avaliação e o período avaliativo dos Mestrados Profissionais (com indicadores/critérios ainda mais específicos) → discutir, conceituar e pactuar: DOUTORADOS PROFISSIONAIS
- Fazer estudos de avaliação do SNPG de forma a induzir mestrados e doutorados (modelos alternativos nos setores produtivos)
- Introduzir indicadores de avaliação que apontem novas ações indutoras para interação com a EB: valorização de livros com este objetivo; materiais instrucionais em diferentes mídias; oportunidades para estudantes da EB de vivenciar ambientes de C,T&I
- Redefinir os cursos/programas de pós-graduação em Rede ou Associação

### **CAPES: novos Coordenadores de Áreas**

Portaria nº 68 de 02 de maio de 2014, D.O.U. sec I no 83 de 05 de maio de 2014 → Disciplina as formas de colaboração e os Procedimentos de escolha dos consultores científicos para fins do Assessoramento previsto no artigo 3º do Estatuto da CAPES.

Art. 8º Os *Coordenadores de Área* são escolhidos pelo Presidente da Capes dentre os nomes das listas tríplexes apresentadas pelo Conselho Superior.

§ 1º Para as nominatas que comporão as listas tríplexes para a função de *Coordenador de Área* a Capes realizará consultas a cursos ou programas de pós-graduação, associações e sociedades científicas e de pós-graduação, de âmbito nacional, atendendo aos prazos estabelecidos no calendário anexo

§2º Os cursos e programas de pós-graduação poderão, no prazo e forma estipulados pela Capes, apresentar 5 (cinco) nomes indicados para a função, que atendam às seguintes exigências:

Art. 9º Encerrados o processo e o período de consulta serão adotados pela Diretoria de Avaliação os seguintes procedimentos:

- I) processamento das indicações ...
- II) elaboração de listas contendo:
  - i) nome de todos os indicados;
  - ii) número de indicações;
  - iii) PPGs e instituição a qual sem vinculam e unidade da federação da IES;
  - iv) currículos Lattes e
  - v) quando pertinente, informações sobre exercício(s) anterior(es) na função de Coordenador ou Representante de Área;
- III) envio das listas ao Conselho Superior

**Art. 10º Na elaboração das listas tríplices serão observadas as seguintes etapas e procedimentos:**

- I) o Conselho Superior irá estabelecer, a partir da nominata prevista no inciso III do Art. 9º, uma lista de até 6 (seis) nomes;**
- II) a Diretoria de Avaliação irá oficial consultando até os 6 (seis) nomes estabelecidos pelo Conselho Superior, para: i) manifestarem-se que, caso designados, aceitarão a Coordenação de Área e ii) apresentarem um documento. O documento deverá conter um plano de atividades e uma proposta de atuação para 3 (três) anos frente à Coordenação de Área e atividades no CTC-ES, baseado em modelo proposto pela Diretoria de Avaliação.**
- III) o Conselho Superior, a seu único e exclusivo critério, estabelecerá “Comitês de Busca” para auxiliar na análise dos currícula e documentos, previstos ...**
- IV) o Conselho Superior facultará aos “Comitês de Busca” que, nas situações consideradas como necessárias ou adequadas, sejam convidados os nominados na lista prescrita no inciso I) deste artigo, para uma reunião e entrevista na CAPES;**
- V) o Conselho Superior procederá, então, com a elaboração da lista tríplice, a ser submetida à Presidência da CAPES, para escolha e designação dos Coordenadores de Área.**

#### **Comentários, perguntas, respostas – palestra 1**

A média geral de notas dos PPG avaliados em 2013 foi 4,6; a mediana foi 4,14.

60 programas com notas 1 e 2 foram fechados

A PG brasileira cresce a taxas chinesas: 23% ao triênio

As políticas para redução de assimetrias e ampliação diferencial de PPG nas regiões Norte, nordeste e Centro oeste estão dando resultados, mas ainda são insuficientes.

#### **Perguntas e respostas**

- 1- Há grande expectativa na Área sobre a alocação de bolsas para os professores da educação básica, similares aos concedidos a professores vinculados ao ProfMat. Há alguma perspectiva concreta de obter as mil bolsas solicitadas pela Área em julho de 2013?

**R: Há descompasso e injustiça entre as medidas tomadas. O caso das bolsas ainda está sem conclusão nem solução. A demanda perdeu um pouco de força pois com a entrada em funcionamento de outros Profs (Letras, História e Artes), não surgiu nenhuma pressão adicional de outras Áreas, como se este fosse um problema circunscrito à Área de Ensino.**

- 2- Quando a Sucupira fecha em termos de coleta de dados?

**R: No momento, até todos se acostumarem e os ajustes serem feitos, não será fechada a não ser imediatamente antes do início da avaliação trienal de 2013-2014-2015. Depois, haverá um momento anual para fechamento do sistema. No momento está em fase de coleta dos dados de 2013 e 2014.**

- 3- A Capes solicitou aos cursos 6 e 7 sugestões para ampliar a internacionalização da PG. Algum resultado, ou nova diretriz?

**R: Ainda não. As sugestões estão sendo recebidas e serão processadas.**

4- A Capes tem alguma política para repassar os produtos de seus Programas ao setor produtivo, em particular os produtos dos Programas da Área de Ensino?

**R: Não, especificamente não. A perspectiva de que para certos MPs, se possa abrir turmas únicas, ao invés de montar um programa perene que pode fechar por falta de turmas. Há também a perspectiva de integrar as escolas como “campo” para ensaio de produtos desenvolvidos nos MPs, que devem ver as escolas como “chão de fábricas”.**

5- O Proap é distribuído de modo diferente entre as Áreas? Qual o critério para alocação de bolsas da Demanda Social a quem já tiver vínculo empregatício?

**R: Não, pois o Proap é atribuído à IES e não à Área, mas pode consultar/confirmar com o Prof. Marcio da DPB. Quanto a bolsas de DS, as regras são as mesmas: se o servidor se afastar com vencimentos mantidos não pode receber a bolsa.**

6- O Edital de Minter não permite que MPs participem. Por que?

**R: Por que a lógica dos MPs é ser sustentado pela sociedade, e não pelo poder público. Nesse sentido todos os editais atualmente se destinam apenas aos Programas Acadêmicos.**

7- A CAPES prevê que a área de Ensino venha a acolher os MP em rede nacional (Profs) para o processo de avaliação?

**R: No momento, para avaliação dos APCNs de Profs são montadas comissões ad hoc com consultores de diversas Áreas, e as propostas de APCN, como são únicas e singulares, não são avaliadas em nenhuma Área específica. A demanda de avaliação vai surgir e seria bom se a Área de Ensino tivesse algum protagonismo nesse processo.**

8- Os professores que hoje se matriculam nos MPs da Área de Ensino não recebem bolsa e nem licença de seus trabalhos. A quem devem recorrer para serem apoiados como os professores dos Profs em Rede?

**R: Continuamos tentando recursos para bolsas para 2015, já que não conseguimos para 2014. No momento, cabe aos Programas e à Área dialogar com as diversas diretorias da CAPES e secretarias de Estados e municípios. É possível que a DEB possa ajudar.**

9- Os MPs não podem concorrer ao edital Pró-equipamentos. E as demandas de equipamentos dos Programas da área de Ensino são de dimensão diferente de outras Áreas. Não poderia haver um edital específico para adequar as condições dos MPs e M/Ds em termos de salas de mídias e interação, relacionados ao Ensino?

**R: Esse tema deve ser tratado com a Diretoria de Programas e Bolsas ou com a Diretoria de Educação a Distância.**

10- A CAPES pretende apoiar a resolução de problemas de infraestrutura física, para além de equipamentos? A Área de Ensino tem demanda diferente de outras Áreas, e os problemas prediais de infraestrutura física são as vezes muito agudos. Poderia haver um edital específico para isso?

**R: Esse tema também deve ser tratado com a Diretoria de Programas e Bolsas.**

11- Vemos 3 possibilidades para a solução do problema de carência de bolsas aos professores matriculados nos MPs da Área: a) mil bolsas alocadas “no varejo”, nos programas segundo a demanda formalizada em 2013; b) edital geral para bolsas a professores que estiverem fazendo PG com projetos relacionados a melhorias na educação básica; e c) articulação dos MPs da Área em Programa Prof em rede nacional. Qual dessas alternativas lhe parece ter maior chance de sucesso?

**R: A alternativa do edital. Podemos trabalhar nisso.**

12- Foi comentada a perspectiva de Doutorado Profissional. Pode adiantar alguma coisa?

**R: É uma proposta prevista no PNPG, onde suas bases devem ser buscadas. A Comissão Externa de Acompanhamento do PNPG voltou a solicitar que a CAPES produza avanços. Deve entrar na pauta do próximo CTC, depois da indicação dos novos coordenadores. Sugestões são bem vindas.**

13- Como a CAPES vê a possível mudança de escopo de um Mestrado Profissional em Acadêmico, e vice-versa?

**R: Como proposição de um programa novo e fechamento do anterior. Uma eventual mudança de escopo de um programa, de Mestrado profissional para acadêmico deve ser avaliada com muita precaução, pois eles têm objetivos diferentes. A justificativa deve ser muito bem contextualizada e o público alvo e os objetivos do novo Programa devem ficar muito claros. Ainda que considerado como curso novo, um Mestrado Acadêmico originado de um Mestrado Profissional deve ter um plano claro de transição, incorporando a experiência do Programa Profissional anterior.**



## Anexo 3.2: Apresentação dos palestrantes – Tania Araujo-Jorge – plenária 1

<p><b>Área de Ensino da CAPES</b>  <b>3º Seminário de acompanhamento</b>  <b>7 a 9 de julho de 2014</b></p> <p>Tania Araujo-Jorge          Coordenadora da Área de Ensino da CAPES (pró-tempore)</p> <p>Lab. de Inovações em Terapias, Ensino e Bioprodutos-IOC/Fiocruz          Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde- IOC/Fiocruz</p> <p><b>para apresentar e debater ideias em torno de 3 eixos:</b></p> <table border="1"> <tr> <td><b>Área 46</b> fatos, estratégias de fortalecimento da percepção pública, visibilidade dos produtos, projetos estratégicos.</td> <td><b>Desafios</b> ações para ampliar a presença no país, a produção intelectual e técnica, acompanhar egressos, impacto no ensino básico e superior e na formação inicial e continuada.</td> <td><b>Identidade</b> temas para os GTs da Área e protagonismo em redes de pesquisa</td> </tr> </table>	<b>Área 46</b> fatos, estratégias de fortalecimento da percepção pública, visibilidade dos produtos, projetos estratégicos.	<b>Desafios</b> ações para ampliar a presença no país, a produção intelectual e técnica, acompanhar egressos, impacto no ensino básico e superior e na formação inicial e continuada.	<b>Identidade</b> temas para os GTs da Área e protagonismo em redes de pesquisa	<p><b>Objetivos do Seminário</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compartilhar as experiências da trienal</li> <li>• Identificar os principais desafios</li> <li>• Configurar uma pauta de ações para a Área</li> <li>• Formular diretrizes para melhorias</li> <li>• Integrar os programas</li> <li>• Exercitar os GTs no caminho de câmaras</li> </ul>													
<b>Área 46</b> fatos, estratégias de fortalecimento da percepção pública, visibilidade dos produtos, projetos estratégicos.	<b>Desafios</b> ações para ampliar a presença no país, a produção intelectual e técnica, acompanhar egressos, impacto no ensino básico e superior e na formação inicial e continuada.	<b>Identidade</b> temas para os GTs da Área e protagonismo em redes de pesquisa															
<p><b>A Área de Ensino</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. fatos</li> <li>2. estratégias de fortalecimento da percepção pública</li> <li>3. visibilidade dos produtos</li> <li>4. projetos estratégicos.</li> </ol>	<p><b>14 de março de 2013</b>  <b>2º Seminário da Área</b></p> <p>Ministério da Educação          Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior          Ministério da Saúde          IOC/Fiocruz</p> <p>RELATÓRIO DO DOMÍNIO DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO (Boa-Ens-13) de março de 2013 (versão CAPES-Ensino/2013)</p> <p>Considerações finais:          O Seminário se realizou num clima de confiança crescente sobre o andamento e perspectivas dos PPGs da Área no contexto da CAPES e no SNGP, os participantes se reuniram para uma foto histórica, ainda</p>																
<p><b>Ensino 2013/14</b></p> <p>Coord. Adjunta MP → <b>JULHO</b>          Avaliação trienal → <b>OUT/NOV</b>          Novo Documento de Área → <b>SETEMBRO</b>          a) orientações para os cursos novos          b) Classificação de livros          c) Classificação de Eventos</p> <p>Ensino &amp; Educação → <b>JULHO</b>          Novo Qualis → <b>ABRIL</b>          Avaliação de 70 APCNs (38 de 2012 e 32 de 2013) → <b>24 NOVOS</b>, até agora: CTC extra em 9 e 10 de dezembro</p> <p>2º Seminário da Área → <b>MARÇO</b></p> <p><b>5 Documentos na página da Área 2013 + 10 informativos aos Coordenadores</b></p>	<p><b>2014 começa hoje:</b></p> <p>110 Programas          132 cursos          73 avaliados na trienal          37 novos          4 nota 6          12 nota 5          33 nota 4          61 nota 3          1 descredenciado</p> <p>Sistema aberto 24h/dia, 365 dias/ano</p> <p><a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/</a></p>																
<p><b>A Área de Ensino hoje: 110 PPGs, 132 cursos, 20% dos cursos da Grande Área Multidisciplinar</b></p> <table border="1"> <tr><td>Biociências</td><td>52</td></tr> <tr><td>Ciências Ambientais</td><td>88</td></tr> <tr><td>Ensino</td><td>110</td></tr> <tr><td>Interdisciplinar</td><td>285</td></tr> <tr><td>Materiais</td><td>29</td></tr> <tr><td>Total</td><td>565</td></tr> <tr><td>Educação</td><td>148</td></tr> <tr><td>Total Ciências Humanas</td><td>529</td></tr> </table> <p>Coordenador (pro-temp): Tania Araujo-Jorge (FIOCRUZ)          Coordenadora Adjunta de Mestrado Profissional: Giselle Rôças de Souza Fonseca (IFRJ)</p>	Biociências	52	Ciências Ambientais	88	Ensino	110	Interdisciplinar	285	Materiais	29	Total	565	Educação	148	Total Ciências Humanas	529	<p><b>Documento de Área</b>  <b>27 de setembro de 2013</b></p> <p>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior          Diretoria de Avaliação</p> <p>DOCUMENTO DE ÁREA 2013</p> <p><b>Identificação</b>          Área de Avaliação: ENSINO          Coordenadora de Área (pro-tempore): Tania Caramonai de Araújo-Jorge (FIOCRUZ)          Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Giselle Rôças de Souza Fonseca (IFRJ)</p> <p><b>1. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área</b>          A Área de Ensino se insere na Grande Área Multidisciplinar. Foi constituída por decisão do Conselho Superior da CAPES pela Portaria CAPES nº 83, de 6 de junho de 2011, quando da criação de quatro novas Áreas: Ensino, Ciências Ambientais, Biodiversidade, e Nutrição. A</p>
Biociências	52																
Ciências Ambientais	88																
Ensino	110																
Interdisciplinar	285																
Materiais	29																
Total	565																
Educação	148																
Total Ciências Humanas	529																
<p><b>Identidade dos Programas de Ensino</b></p> <p><b>PROFISSIONAL DO ENSINO</b></p> <p><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO</b> ↔ <b>CONTEÚDO PEDAGÓGICO</b>          Integração</p> <p><b>CIENTÍFICO ESCOLAR POPULAR</b> ↔ <b>Devem ser CORRESPONDENTES</b></p>	<p><b>Escopo da Área de Ensino</b></p> <p>pesquisas e produções em "Ensino de determinado conteúdo" interlocação com as Áreas geradoras dos conhecimentos a serem ensinados espaços formais e não formais de ensino construção de conhecimento sobre este processo e sobre fatores de caráter micro e macro estrutural que nele interferem</p> <p>A Área de Ensino é, portanto, uma Área essencialmente de <b>pesquisa translacional</b>, que busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados em educação e ensino para sua utilização em produtos e processos educativos na sociedade.</p>																



### Temas de pesquisa nas linhas de Programas na Área de Ensino

**1-Recursos didáticos/ Tecnologias educacionais**

**2-Cultura (história, filosofia e arte)**

**3-Ensino-aprendizagem**

**4-Formação de Professores**

**5-Educação não formal e divulgação**

**Sub-áreas da Educação**

**Interfaces com linhas em Programas de Ensino**

**28 de junho de 2013**

**Declaração de princípios e intenções 3 páginas**

### Conteúdo do comunicado conjunto

- A dimensão das duas áreas juntas: 319 PGs, todos os estados brasileiros, 86 de Doutorado, 156 de Mestrado Acadêmico e 77 de Mestrado Profissional (54 Ensino + 23 Educação)
- Escopo de atuação de cada Área: Educação e Ensino
- Princípios comuns:
  - Educação necessária para o desenvolvimento brasileiro: novas tarefas Educação em escala com qualidade exige mais atenção e esforço da PG
  - Defesa da valorização, melhores salários e condições de trabalho dos professores.
  - Destaque para a formação de professores como eixo importante dessa qualidade.
- Responsabilidade da PG: o aperfeiçoamento da formação de quadros que atuam diretamente nas escolas e nas administrações das redes escolares.
- A experiência acumulada → orientações para as políticas de formação de professores.

**E de suma importância que os Programas de formação de professores apoiados, reconhecidos ou promovidos pela CAPES, em particular os Mestrados Profissionais nos seus diferentes formatos, incluam sempre conteúdos de formação pedagógica, de modo inter-relacionado aos conteúdos de formação disciplinar para a matéria de ensino. → Desdobramentos e Agenda**

**Expectativas de produção acadêmica de referência para a Área e para o país**

**Expectativas de produção técnica e de inovação de referência para a Área e para o país**

### Motivos para a criação da Área de Ensino

**Resultados das pesquisas em ensino (de ciências)** → **Práticas no ensino de ciências**

- translação de conhecimentos produzidos em práticas nas escolas
- criação de Mestrados Profissionais
- redução do fosso entre pesquisa e prática docente que se acentua quando o professor é colocado no papel de mero executor (De Jong, 200)

### Frequência de palavras nos títulos dos 110 PPGs

**1-Títulos dos 110 PPGs**  
**2- Áreas de concentração**  
**3- Linhas de Pesquisa**  
**4- Disciplinas**  
**5- Títulos de teses e dissertações**

### O que vem mudando: taxa de crescimento

**diversificação!**

“Ciências”, “Física”, “Matemática”, “Biotecnologia”, “Ciências da Terra”, “Tecnologia e Educação”, “Práticas de Educação Básica”, “História e Filosofia”, “Saúde e Meio Ambiente”, “Diversidade e Inclusão”, “Formação Docente Interdisciplinar”, etc

**Portaria CAPES nº 83, 6/6/2011**

### O que vem mudando: taxa de crescimento

**A curva se deve aos Mestrados Profissionais: já são 64 cursos, 58% dos Programas da Área de Ensino**

**Portaria CAPES nº 83, 6/6/2011**

### Especificidades dos Mestrados Profissionais: operação e avaliação

- Alunos se mantêm no trabalho
- Linhas de pesquisa com foco na atividade profissional
- Produto final relacionado à atividade profissional (obrigatório), e integrante da dissertação
- Grade curricular em tempo parcial
- Maior tempo: 36 meses (sem bolsa), 24 meses (com bolsa)
- Admite docentes com notável experiência sem necessariamente ter doutorado
- Bolsa a depender de fomento externo

**Características comuns com os Programas Acadêmicos**

- Formação para a pesquisa
- Habilitação ao Doutorado e a concursos
- Equilíbrio entre disciplinas pedagógicas e de conteúdo

**Pesos relativos no processo de avaliação dos PPGs da Área de Ensino**

	Proposta	Corpo docente	Corpo discente	Produção intelectual	Inserção social
Peso na Avaliação – MD	0%	15%	35%	35%	15%
Peso na Avaliação – MP	0%	15%	30%	30%	25%

### Ensino: pesos diferentes para MD & MP

**Tabela 5: Pesos dos itens de cada Questão na Avaliação Interinstitucional na Área de Ensino**

Questão	Item	Acadêmicos	Profissionais
Questão 1 - Proposta do Programa	Item 1.1: Coerência, consistência, atualização, etc.	60	30
	Item 1.2/AM: Coerência com demandas sociais	30	20
	Item 1.3/AM: Planejamento, futuro, metas, etc.	30	20
	Item 1.3: Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão	10	10
Questão 2 - Corpo Docente	Item 2.1: Perfil, formação, especialização, adequação	15%	15%
	Item 2.2: Adequação e distribuição	15	30
	Item 2.3: Distribuição das atividades	30	20
	Item 2.4: Contribuição à graduação	15	15
Questão 3 - Corpo Discente	Item 3.1: Teses/dissertações/docentes/docentes	20	35
	Item 3.2: Distribuição de orientações entre os docentes	10	40
	Item 3.3: Qualidade das teses em publicações docentes	40	40
	Item 3.4: Eficiência na formação	20	25
Questão 4 - Produção Intelectual	Item 4.1: Publicações qualificadas do programa por DP	35%	30%
	Item 4.2: Distribuição das public. qualif em relação ao DP	50	20
	Item 4.3: Produção técnica e outros	30	20
	Item 4.4: Atuação da produção com a sociedade	20	20
Questão 5 - Inserção Social	Item 5.1: Impacto do programa	15%	25%
	Item 5.2: Integração e cooperação	45	35
	Item 5.3/AM: Integração e cooperação com setor produt.	35	20
	Item 5.3/AM: Visibilidade e transparência	20	20

### Provando o que todo mundo sabe

DE JONG, Onno. Research and teaching practice in Chemical Education: living apart or together? *Chemical Education International*, Vol. 6, No. 1, 2005.

**Bridging between Research and Practice**  
Supporting Professional Development through Collaborative Inquiry of Classroom Teaching and Learning

- o professor não tem tempo para ler pesquisa, pois está muito ocupado com seu trabalho de ensinar na sala de aula.
- os pesquisadores não tem tempo para providenciar output de sua pesquisa, porque têm que publicar muito em revistas
- o fosso entre pesquisa e prática docente aumenta quando o professor é colocado no papel de mero executor

**Mestrado Profissional pode ser uma solução?**

Adaptado de Maurivan Ramos

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Resultados da Trienal 2014: rumo à excelência

Excelente  
Muito Bom  
Bom  
Regular  
Ruim

Proposta	Corpo docente	Corpo discente	Produção Intelectual	Inserção Social

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Resultados para a sociedade

Transparência  
Compromissos

CRITÉRIOS – PRODUÇÕES – COMPARAÇÕES

**PGs em Ensino**

- formação continuada de formadores para a excelência no ensino e na pesquisa
- nucleação de licenciaturas e de PGs
- produção de conhecimento: teorias e práticas

**Ensino 2000-2012**  
5342 Mestres e 447 Doutores em Ensino

**Artigos, Livros, e Materiais ponderada**

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Avaliação Trienal 2013 – todas áreas

2010= 2718 PPGs 2013=3337 PPGs, 5082 cursos

Nota	N	%	Nota	N	%
1	6	0,2%	1	8	0,2%
2	55	2,0%	2	53	1,6%
3	858	31,6%	3	1081	32,4%
4	922	33,9%	4	1162	34,9%
5	556	20,5%	5	616	18,5%
6	204	7,5%	6	269	8,1%
7	117	4,3%	7	148	4,4%
Total	2718	100%	Total	3337	100%

Fonte: DAV-CTC 150a

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Resultados gerais: Ensino

**Avaliação Global**

**Quesito 1: Proposta**

**Quesito 2: Docentes**

**Quesito 3: Discentes**

**Quesito 4: Produção**

**Quesito 5: Inserção**

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Resultados gerais: Produção

**5342 egressos 2000-2012**

**Produções (ponderada) 2010-2012**

**Prod. Acadêmica da Área**

**Prod. Técnica**

**Número total de pontos dos produtos na Área (2010-2012)**

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Produtividade

**Programas Acadêmicos**

**Programas Profissionais**

Fig. 6A Produção total em pontos pelos Programas Acadêmicos da Área de Ensino (isto é, cada Programa de Pós-Graduação)

Fig. 6B Produção total em pontos pelos Programas Profissionais da Área de Ensino (isto é, cada Programa de Pós-Graduação)

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Notas na avaliação trienal

**Distribuição de notas 2013- geral**

**Distribuição de notas 2013- Ensino**

**Evolução de notas - Ensino**

**Situação atual - Ensino**

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### Lições da Trienal 2014: a metodologia e o know-how

Excelente  
Muito Bom  
Bom  
Regular  
Ruim

Proposta	Corpo docente	Corpo discente	Produção Intelectual	Inserção Social

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL

### A Avaliação

24 consultores, 73 Programas, 51 arquivos Coleta/PG, 13 docs preparatórios, 1 semana presencial na CAPES

CTC: 2 relatórios para cada membro, 2 semanas, todas as Áreas

IOOC  
Instituto Open On-line de Ciências

Ministério da Saúde  
Secretaria de Educação Superior

BRASIL



**Notas 6 e 7: só com doutorado, notas 5, MB em todos os Quesitos, MB itens Q1 e Q4**

Figura 9: Mapa de conceito de 17 Programas notas 4 e 5 potencialmente indicáveis para notas 6 e 7.

Fonte: Relatório da Avaliação Trienal da Área de Ensino

**Notas 6 e 7: quais indicar?**  
**Comissão da Área → 6 CTC's → 3 Recursos → 4**

Figura 12: Histograma de distribuição da produção de artigos em periódicos pelo 6 PPG indicados a nota 6. O gráfico mostra a distribuição da produção de artigos em periódicos para seis PPGs. A maioria dos artigos está na faixa de 10 a 20, com uma cauda longa para valores maiores. O PPG 6 tem a maior produção, seguido pelo PPG 5.

Figura 13: Indicadores comparativos de produção intelectual qualificada (em pontos) em periódicos A2-B e em livros, trabalhos completos em áreas de eventos, materiais educacionais e outros produtos técnicos, nos seis programas indicados a nota 6. O gráfico de barras horizontais compara os indicadores de produção intelectual qualificada em pontos para seis programas. O PPG 6 tem o maior valor em todos os indicadores, seguido pelo PPG 5.

Figura 14: Indicadores comparativos de produção intelectual qualificada (em pontos) em periódicos A2-B e em livros, trabalhos completos em áreas de eventos, materiais educacionais e outros produtos técnicos, nos seis programas indicados a nota 7. O gráfico de barras horizontais compara os indicadores de produção intelectual qualificada em pontos para seis programas. O PPG 6 tem o maior valor em todos os indicadores, seguido pelo PPG 5.

### Indicadores de Referência – 2013 (credenciamento de docentes)

Tabela 13: Indicadores centrais de referência para a Área de Ensino com base na avaliação trienal 2013

Indicador para 3 anos	Programas Acadêmicos			Programas Profissionais		
	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Pontos totais/DP	500	700	900	120	360	470
Pontos em artigos A1-B1/DP	150	250	350	60	90	180
Artigos A1-B5/DP	250	320	450	120	200	270
Materiais Educativos/DP	1	2	5	2	4	6
% mínimo de Docentes Permanentes	80%	75%	70%	80%	75%	70%

de 324 pontos por docente permanente no triênio, ou 106 pontos/DP por ano. Assim, também pode-se estimar que com a meta de 110 pontos/DP por ano, um docente poderá efetivamente contribuir com a produtividade de seu Programa. A depender do padrão de desempenho dos Programas, essas metas podem e devem variar, segundo as notas atuais de cada Programa. Nesse sentido, uma tabela de referência pode ser obtida após o trabalho de avaliação, como métrica para nortear tanto o planejamento dos atuais Programas como a proposição de novos programas para a Área, ou a migração de Programas de outras Áreas para a Área de Ensino.

Fonte: Relatório da Avaliação Trienal da Área de Ensino

### Materiais educacionais: produtos tecnológicos

Os produtos tecnológicos educacionais serão classificados em estratos, de acordo com a combinação de um ou mais critérios que evidenciem sua **validação externa**, sua **incorporação ao sistema educacional**, seu **acesso às escolas** e profissionais de ensino, sua **distribuição** e seu **uso no processo de formação** de alunos, profissionais de ensino ou cidadãos em geral.

Para efeito de avaliação são considerados apenas os produtos educacionais que passaram por **pelo menos uma** das seguintes instâncias de **validação**. Não há hierarquia ou comparação de valor entre as instâncias abaixo:

- Banca examinadora de dissertação
- Comitê científico de evento
- Comitê editorial de periódico
- Órgãos de fomento (CNPq, CAPES, FAPs, Pro-Reitorias, Secretarias de Estado etc.)
- Prêmios reconhecidos na Área

Fonte: Documento de Área de Ensino

- ### Categorias de produtos e tecnologias educativas
1. **Mídias educacionais** (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais etc.)
  2. **Protótipos educacionais** e materiais para atividades experimentais
  3. **Propostas de ensino** (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção etc.)
  4. **Material textual** (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares)
  5. **Materiais interativos** (jogos, kits e similares)
  6. **Atividades de extensão** (exposições científicas, cursos de curta duração, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividade de divulgação científica e outras)
  7. **Desenvolvimento de aplicativos**
  8. **Organização de evento**
  9. **Programa de rádio e TV** ; 10. **Relatórios de pesquisa**, 11. **Patentes** (depósito, concessão, cessão e comercialização)
  12. **Serviços técnicos**.
- Fonte: Documento de Área de Ensino

### Avaliação dos materiais educativos

Tabela 17: Características valoradas para a classificação de Produtos Tecnológicos Educativos relacionados pela Área

	0	1	2	3	4
Validação Obrigatória (sim ou não)	Não	—	—	—	Sim
Incorporação ao sistema educacional <sup>1</sup>	Local	Municipal	Estadual	Nacional	Internacional
Acesso livre (on line)	não	redes fechadas	portal nacional privado	portal nacional público	portal internacional público/ privado multilingue
Distribuição (cópias físicas editoradas)	> 100	> 101	> 5 mil	> 10 mil	> 1 milhão
Uso em processos de formação (pessoas em cursos/oficinas)	não	até 100	de 100 a 500	de 500 a mil	mais que mil

<sup>1</sup> avaliado segundo registro informado pelas Secretarias de Educação ou Pro-reitorias Institucionais de avaliação de cursos e materiais educativos e por instituições.

Fonte: Documento de Área de Ensino

### Qualis de Areas que aplicam Fator de Impacto para estratificação de periódicos

Tabela 4 – Estudo de critério para estratificação de revistas disciplinares que integram o Qualis da Área de Ensino

Estratos	Fator de Impacto para definição das faixas de estratificação				
	A1	A2	B1	B2	B3
Física	6	3,5	2	1,5	1
Química	4	3	2	1,5	1
Saúde Coletiva	6	3,8	2,6	1,5	<1,5
C Biológicas I	4,3	3,1	2	1,6	1,1
C Biológicas II	5	3,36	2,26	1,34	0,9
C Biológicas III	5,01	3,55	2,6	1,8	1,13
Medicina I e II	4	2,8	1,6	0,8	0,2
Medicina III	3,3	2,6	1,5	0,9	0,01
Engenharia I	1,3	0,7	0,1	0,1	0,1
Matemática	0,7	0,5	0,3	0,2	0
ENSINO	—	—	—	>1,5	>1

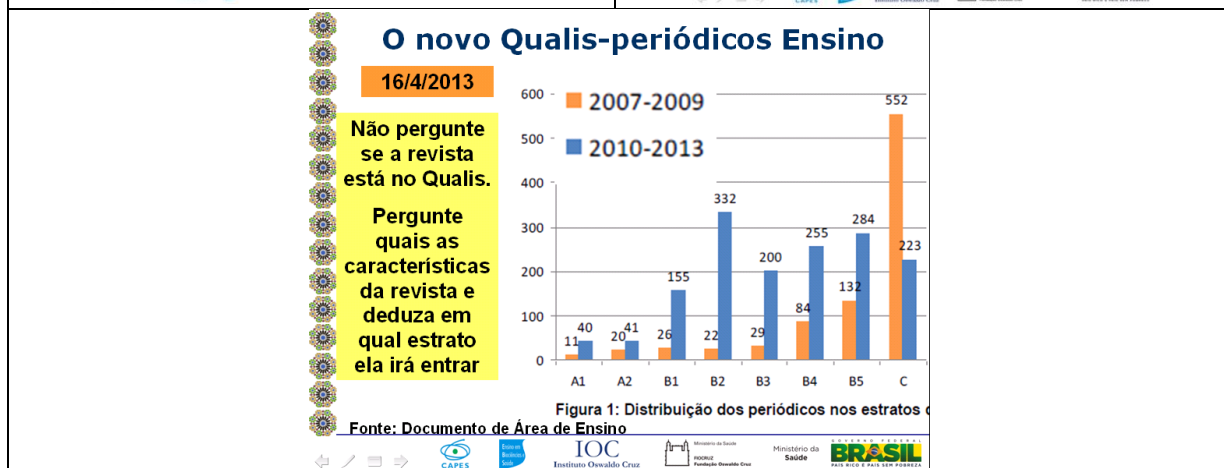
Fonte: Documento de Área de Ensino

### Qualis do Ensino

Tabela 6 – Chave para classificação de periódicos

ÍNDICE A1	ÍNDICE A2		ÍNDICE A3		ÍNDICE A4	
	ÍNDICE A1	ÍNDICE A2	ÍNDICE A3	ÍNDICE A4	ÍNDICE A5	ÍNDICE A6
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14

Fonte: Documento de Área de Ensino



### Qualis de Areas que aplicam Fator de Impacto para estratificação de periódicos

Tabela 4 – Estudo de critério para estratificação de revistas disciplinares que integram o Qualis da Área de Ensino

Estratos	Fator de Impacto para definição das faixas de estratificação				
	A1	A2	B1	B2	B3
Física	6	3,5	2	1,5	1
Química	4	3	2	1,5	1
Saúde Coletiva	6	3,8	2,6	1,5	<1,5
C Biológicas I	4,3	3,1	2	1,6	1,1
C Biológicas II	5	3,36	2,26	1,34	0,9
C Biológicas III	5,01	3,55	2,6	1,8	1,13
Medicina I e II	4	2,8	1,6	0,8	0,2
Medicina III	3,3	2,6	1,5	0,9	0,01
Engenharia I	1,3	0,7	0,1	0,1	0,1
Matemática	0,7	0,5	0,3	0,2	0
ENSINO	—	—	—	>1,5	>1

Fonte: Documento de Área de Ensino

- ### Educação básica: eixo estruturante e transversal / indicadores/ valorização (bonus)
- GTs dia 1- a ÁREA GTs dia 2- DESAFIOS GTs dia 3 – TEMÁTICOS A CONFIRMAR
- 1- **Materiais educativos/ Inovação/ Mostra**
  - 2- **Visibilidade/ inserção social**
  - 3- **Identidade da Área/ Câmaras/ GTs permanentes**
  - 4- **Equidade/ Fomento/ Expansão**
- 1- Interdisciplinaridade/ diálogo inter-áreas/ pos doutorado em Ensino para outras Áreas/ Qualis
- 2- Egressos: melhores práticas de acompanhamento, indicadores
- 3- Cooperação/ Redes nacionais/ Internacionalização
- 4- Livros e eventos
- 1- EC e Tecnologia
- 2- Matemática
- 3- Saúde
- 4- Humanidades
- LEITURA CRÍTICA E RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS NO DOC DE ÁREA

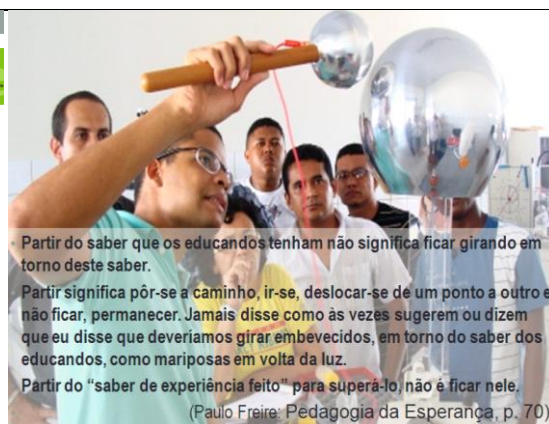
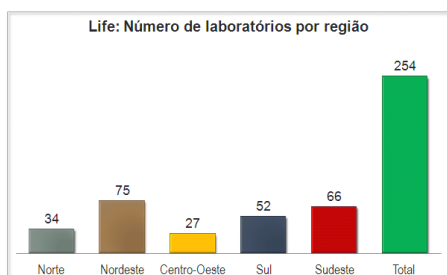


### Anexo 3.3: Apresentação dos palestrantes – Carmem Moreira Neves – Ações da DEB

**Recomendação: leitura do Relatório de Gestão da DEB 2009-2013**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/RelatorioFinal-2012-DEB.pdf>





## ADEB e os Mestrados Profissionais:

- Intermediação com as secretarias de educação e os Fóruns Estaduais de Formação;
- Articulação com o FNDE para distribuição de equipamentos às IES formadoras;
- Sinergia dos programas da DEB com os Mestrados Profissionais;
- Produzir editais específicos;
- Outros...

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB

**Carmen Moreira de Castro Neves**  
Diretora

[carmen.neves@capes.gov.br](mailto:carmen.neves@capes.gov.br)

61-2022-6550

Os seguintes tópicos foram apresentados para a discussão com a Diretora de Educação Básica, visando a melhoria da formação inicial e continuada de professores de Educação Básica

### 1. Pedido para que a DEB possa intermediar a parceria entre Secretarias do Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação e os Programas de Mestrado e Doutorado na Área de Ensino, objetivando:

- licença remunerada de professores – planejamento anual de afastamento de grupos de docentes das diferentes fases do ensino básico.
- auxílio financeiro ao professor-estudante: deslocamento, livros...
- desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada ligados às demandas sociais de bairros, municípios, escola e família...
- desenvolvimento de projetos de extensão (nos e entre os Programas de Mestrado e Doutorado regionais), tais como: cursos de pré-mestrado e pré-doutorado, eventos acadêmicos...
- financiamento de produtos educacionais relevantes às práticas escolares, como livros, cadernos de atividades didático-pedagógicas, softwares, manuais, mostras culturais...

### 2. Cooperação para conceber Editais específicos para Programas de Mestrado e Doutorado em Ensino objetivando:

- Financiamento para pesquisas aplicadas em ensino na educação básica
- Fomento de grupos de pesquisa nas escolas, e de núcleos de pesquisa em nível municipal, estadual, regional e nacional.

### Sugestões dos participantes à DEB

- A DEB deve assumir a Área de Ensino como uma parceira estratégica, e estreitar laços e relações.

- Mudar o eixo de fomento da CAPES. Os Programas da Area participam de todos os editais de diferentes tipos de programas da CAPES. É hora de superar essa fragmentação, de identificar projetos exitosos e fomentar de modo integrado. Um investimento baixo de R\$ 20 mil/ ano para 70 programas (os 70 avaliados) vai custar R\$1.400.000, e será um grande avanço.
- Organizar eventos de disseminação de produtos (Feira de produtos e materiais educativos), ou edital para expor os produtos de modo itinerante (ex: carro de divulgação)
- Buscar apoio para editais de fomento para construção e reforma de prédios, especialmente para o fortalecimento dos LIFES
- Autorizar que os MPs em Ensino possam concorrer a PAEPs
- Esclarecimento das diferenças entre os Mestrados Profissionais em Rede, em Ensino mas em outras Áreas, e os Mestrados em sede, na Area de Ensino
- Dar grande visibilidade do portal de comunidades, como um portal para professores, que faça pelas escolas o que o portal de periódicos fez pelas universidades
- Criar condições para a oferta de um Programa de Bolsas Junior, para alunos da educação básica
- Buscar contato com a ANP para fomento externo ao Ensino, particularmente a Programas Acadêmicos. O respaldo da CAPES é muito importante.
- Interceder junto a Secretarias de Educação para que os professores sejam liberados para cursar o MP, de modo a não incentivar o professor apenas após o mestrado, mas também durante.

#### **Comentários da Diretora Carmem**

- Compromisso de empenho e parceria para solucionar o problema da carência de bolsas, inclusive em interlocução com o Prof. Marcio da DPB.
- Informe de inserção de previsão de bolsas e custeio dos Mestrados Profissionais em Ensino no PPA de 2015.
- Construir projetos de futuro, valorizando o registro de egressos (com seminários, cursos de formação continuada em aperfeiçoamento, cursos de extensão, e outros).
- Educação continuada e cursos de extensão não são simplesmente a disponibilização de catálogos de cursos prontos; são relações continuadas com a instituição formadora; a escola é um bom lugar para estabelecer essas relações

#### **Relatos dos coordenadores:**

UnB: Apesar de um discurso acolhedor da DEB, a verdade é que muitos Programas já consolidados estão prestes a fechar as portas devido a política equivocada de fomento aos Mestrados Profissionais em rede sem o similar aos MPs em Sade. Os cursos estão desacreditados frente aos alunos. A possibilidade anterior de dividir uma bolsa entre 3 alunos e auxiliar assim sua mobilidade foi descontinuada. Os professores tem enorme dificuldade de se locomover de suas cidades para o MP.

UFF: Foi necessário os alunos recorrerem ao Ministério Público para ajudar a construir instrumentos jurídicos de proteção aos professores para que possam vir cursar o MP, pois as secretarias não liberam os profissionais.

UFRGS: Quando o programa de MP em Ensino de Física começou, recebeu 12 bolsas de 400 reais desde 2007. Foram primeiro cortadas para 6 bolsas, e depois proibidas de serem divididas. A política ds CAPES foi adotada pela FAPERGS e sufocou ainda mais o programa. Em 2012 as bolsas passaram a 1500 reais mas a Universidade foi proibida pela CAPES de alocar as bolsas aos professores. Em 2013 o Programa recebeu um oficio da reitoria informando que as 2 bolsas de demanda social finalizadas seriam remanejadas para outro Programa. É essencial revogar essa Portaria.



## Anexo 3.4: Apresentação dos palestrantes – Tania Araujo-Jorge – plenária 2: Desafios

Área de Ensino da CAPES  
3º Seminário de acompanhamento  
7 a 9 de maio de 2014

2º dia - DESAFIOS

*Educação é fundamento da Democracia.*  
(Anísio Teixeira)

Tania Araujo-Jorge  
Coordenadora da Área de Ensino da CAPES (pró-tempore)

IOCB  
Instituto Open College

Fatos e juízos

números alunos docentes  
egressos Diversidade de produtos ranking  
pontos notas pesos estratos

Desafios

Conteúdo? Aplicação no Sistema de Ensino? Interações internacionais?  
Impacto no Ensino? Interações no Brasil?

Desafios internos da Área  
Desafios na sociedade

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: ampliar a presença no país

2014: Piauí e Tocantins: nenhuma PG da Área

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: ampliar a presença no país

Tabela 1: Distribuição e Evolução Regional dos Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino indicadores de desenvolvimento sócio-econômicos (25/10/2013)

Brasil e suas regiões	Total de PPG	PPG Área de Ensino	PIB (%)	Alunos (matrículas)		Professores (ativos)		
				EF	ES	EF	ES	
BRASIL	3.674 (100%)	104 (2,8%)	100	100	100	100	100	
Norte	192 (5%)	8 (8%)	4,5	6,3	11	3	6	2
Nordeste	721 (20%)	31 (30%)	15,1	27,8	31	29	31	25
Sudeste	1.702 (46%)	68 (65%)	58,3	42,1	38	41	46	39
Sul	761 (21%)	27 (26%)	28,7	24,4	13	14	17	14
Centro-Oeste	298 (8%)	10 (10%)	5,1	7,4	2	2	3	2

Ensinso Fundamental = 1.389.704 professores  
30.358.540 matrículas  
Ensinso Médio = 488.527 professores  
8.400.689 matrículas  
Ensinso Superior = 357.418 professores  
6.739.689 matrículas

Síntese estatística da Educação Básica e da Educação Superior (INEP, 2011)

IOCB  
Instituto Open College

Expansão e desconcentração das Universidades Federais

Pré-existent  
Total de câmpus: 148  
Municípios atendidos: 114

2003 a 2010  
Total de câmpus: 214  
Municípios atendidos: 239

2011 a 2014  
47 novos câmpus  
4 Universidades  
Meta Final para 2014: 83 Universidades e 321 câmpus  
Municípios atendidos: 275

Ministro da Educação  
16/4/2013

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: Visibilidade da Área e de seus produtos: egressos, conceitos, avaliações, tecnologias, materiais e processos educativos

GRUPO 1- CONCEITOS, AVALIAÇÃO RECOMENDAÇÕES

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: Eixos estruturantes da Área

1. Educação Básica: diagnósticos, desafios, inovações, propostas
2. Educação e Saúde: relações com a escola, formação de profissionais, Ensino Superior e extensão
3. Educação e trabalho: relações com a rede de educação profissional
4. Outros??

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: Estudo e acompanhamento de EGRESSOS

Ensino 2000-2012: Mais de 6 mil egressos  
5342 Mestres e 447 Doutores

Onde estão  
O que fazem?  
Qual o impacto de sua formação em sua atuação como docentes e pesquisadores?

Egresso EX-ALUNOS

Portal do Egresso  
Faça parte desse grupo

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: Interdisciplinaridade: o diálogo com as outras Áreas

III Encontro Acadêmico Internacional

Melhores experiências interdisciplinares da Área

Pós Doutorado em Ensino → outras Áreas e intercâmbios na Área

Educação física mais 46 Áreas

Qualis da Área valorizando a produção interdisciplinar e disciplinar

IOCB  
Instituto Open College

Desafio: ampliar o diálogo com a DEB: participação e avaliação de políticas, construção da agenda de prioridades ações; fomento

IOCB  
Instituto Open College



### Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PIBID

IES: 195  
Campi: 390  
Bolsistas: 49.321

### PLANO Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PARFOR

IES: 92  
Municípios: 484  
Matriculados: 61.006

Fonte: CAPES

### Desafio: Avaliação dos Profs de Ensino em Rede

Protagonismo da Área para antecipar uma demanda

Prof. Artes  
Mestrado Profissional em Artes

FÍSICA

LETRAS

PROF. HISTÓRIA

### Desafio: Redes de cooperação nacional e internacional

**Por temas:**  
Ensino de Ciências, Física, Química, Biologia  
Educação Matemática  
Educação e Saúde  
Cultura, Arte, Ciência e Ensino  
História, Filosofia, Sociologia

**Por abordagens e linhas de pesquisa:**  
Tecnologias educacionais  
Ensino-aprendizagem  
Formação de Professores  
Educação não formal e divulgação

**Objetivo:**  
Compor/propor redes de pesquisa (possibilidades de cooperação), identificar problemas similares, prioridades de pesquisa, oportunidades de fomento e internacionalização

**APLICAÇÃO A EDITAIS EM REDE- EXEMPLO: INCT**

### Desafio: construção da agenda de prioridades de pesquisa em Ensino

#### Eixos do PNPG 2011-2020

1. Expansão do SNPG (assimetrias);
2. Criação da agenda nacional de pesquisa;
3. Aperfeiçoar a avaliação;
4. Interdisciplinaridade;
5. Apoio a outros níveis de ensino.

**O que pauta a pesquisa em Ensino?**

→ proposição de editais na CAPES e CNPq

Jorge Guimarães, apresentação na Academia Brasileira de Ciências, 2011

### Desafio: contribuir com as metas do PNE e do PNPG

**PNE 2011-2020**  
Em debate na CF desde 2011  
10 diretrizes, 20 metas

**PNPG 2011-2020**  
Capes: já aprovado

**Plano Nacional de Educação PNE para Todos**  
A educação que o Brasil quer e precisa

**Área e PPGs Ensino**

**Como? Onde? Quando?**

<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>

### Desafio: presença e interação com o Portal do Professor do MEC

Mais de 2000 links

Espaço da Aula

### O labirinto de 2.146 links no portal do professor

Item	Quantidade
Rádio Escola	13
Portais MEC	14
Observatórios e planetários	16
Um computador por aluno	16
Projetos inovadores	19
Organizações governamentais	20
Dicionários, tradutores e	20
Sites de busca	21
Projetos de escolas	21
Plataformas educacionais	20
Geoprocessamento	30
Educação inclusiva	32
Jornais	24
Capacitação Pro Info Integrado	36
Bibliotecas	37
Inclusão digital	46
Integração	64
Cultura	70
Museus	83
Software de Edição e outros	86
Premio Professores do Brasil	101
Revistas	102
Projetos sociais e	103
Software educativos	129
Jogos educativos	183
Recursos digitais	187
Produções dos professores	264
Portais educacionais e outros	360

### Desafio: presença e propostas para a Conferência Nacional de Educação CONAE 2014

**FNE FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação  
Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração.

Conferências municipais, estaduais e livres → delegados

**CONAE 2014**  
17 a 21/2/2014  
Novembro?

### Desafio: interlocução ativa com o Fórum Nacional de Educação

**Legisladores**  
Educação  
FORUM consed  
CNE - Apresentação  
SENADO FEDERAL  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
CADARA  
CONIF IES  
Associação Brasileira dos Retirados das Universidades Estaduais e Federais  
Sociedade civil  
CNI  
UGT  
Trabalhadores, sindicatos  
FASUBRA  
contec  
estudantes

**Conselhos Nac. Est. Mun**  
CNE - Apresentação  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
CADARA  
CONIF IES  
Associação Brasileira dos Retirados das Universidades Estaduais e Federais  
Sociedade civil  
CNI  
UGT  
Trabalhadores, sindicatos  
FASUBRA  
contec  
estudantes

**Novas diretrizes curriculares para a Educação Básica → quem formula? como? em que bases?**

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**

### Desafio: interlocução ativa com o Formuladores de políticas públicas

**Novas diretrizes curriculares para a Educação Básica → quem formula? como? em que bases?**

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

**Pressupostos educacionais e pedagógicos:**

I - as **dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura** como eixo integrador **entre os conhecimentos** de distintas naturezas, contextualizando-os em sua dimensão histórica **e em relação ao contexto social contemporâneo**;

II - o **trabalho como princípio educativo**, para a compreensão do **processo histórico de produção científica e tecnológica**, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a **ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos**;

Maurivan G. Ramos

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

III - a **pesquisa como princípio pedagógico**, possibilitando que o estudante possa ser **protagonista na investigação e na busca de respostas** em um processo autônomo de (re) construção de conhecimentos.

IV - os **direitos humanos** como princípio norteador, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o **respeito a esses direitos e à convivência humana**.

V - a **sustentabilidade socioambiental** como meta universal, desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, e baseada na compreensão do necessário equilíbrio e **respeito nas relações do ser humano com seu ambiente** (BRASIL, 2012ª, Art. 13, DCNEM, p. 04).

Maurivan G. Ramos

Desafio: contribuição efetiva para o enfrentamento dos desafios do Ensino no Brasil

Desafios do Ensino no Brasil

Soa o alarme!!!

Maurivan G. Ramos

Desafios e Perspectivas

segundo Eduardo Mortimer (fonte: UNESCO 2010)

Salário médio anual do professor do Ensino Fundamental I\*

Pais	Salário médio anual
Brasil	US\$ 4.818,00
Argentina	US\$ 9.857,00
Uruguai	US\$ 9.842,00
Suíça	US\$ 33.209,00

\* Fonte: UNESCO, 2010

Eduardo Mortimer, ENPEC

10 de novembro de 2013

Resultado: baixa atratividade da profissão de professor

Relação candidato/vaga para cursos de licenciatura no vestibular da UFMG (2000-2012)

Curso	2000	2012
Física	9,3	1,8
Química	10,6	2,5
Biologia	19,5	3,5
Educação Física	22,0	2,1

\*O salário médio de um professor da rede pública com curso superior e com, pelo menos, 15 anos de experiência (US\$ 15,4 mil) não chega a metade (48,3%) da remuneração dos demais profissionais (US\$ 31,7 mil) no Brasil.\*

Eduardo Mortimer, ENPEC

10 de novembro de 2013

Ingressos nos cursos de graduação (%)

Fonte: MEC

Ministro da Educação

16/4/2013

As condições materiais das escolas

Fonte: Pesquisa intitulada "Uma escala para medir a infraestrutura escolar", 2013, UnB

- A infraestrutura de 44,5% das escolas brasileiras se destaca pela fragilidade.
- 14,9 % das escolas tem infraestrutura considerada adequada
- Apenas 0,6% das escolas brasileiras têm infraestrutura próxima da ideal para o ensino:
  - Biblioteca
  - laboratório de informática
  - quadra esportiva
  - laboratório de ciências

Eduardo Mortimer, ENPEC

10 de novembro de 2013

Ensino no Brasil: diagnóstico PNAD- ABC

Estudo e trabalho: jovens e crianças brasileiras

Fonte: Livro Amaral – Capes DAV adaptado

Eduardo Mortimer, ENPEC

10 de novembro de 2013

Manchetes sobre Ensino Médio

Maurivan G. Ramos

Luta por melhorias na educação de novo nas ruas

Maurivan G. Ramos



### Que fazer?

**No ENPEC, uma pauta para reverter a situação da Educação Básica**

- Melhores salários e plano de carreira para professores da Escola Básica Pública
- Dedicação Exclusiva do professor a uma única escola
- Escola em tempo integral
- Máximo de 30 alunos por turma
- Escolas bem equipadas e com o mesmo padrão em todo o país
- Salas ambientes
- Formação dos professores

Eduardo Mortimer, ENPEC  
10 de novembro de 2013

### No Congresso: o Plano Nacional de Educação (PL 8035/2010) ainda não foi votado

(Artigo 214 da Constituição Federal)

**Art. 2º**

**São diretrizes do PNE - 2011-2020:**

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais;
- melhoria da qualidade do ensino;
- formação para o trabalho;
- promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;
- promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- valorização dos profissionais da educação; e
- difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação.

**10 diretrizes**

**→ 20 metas**      **> 30 mil emendas**

Adequado de: Dep. Paulo Rubem Santiago – Comissão Especial do PNE-CF

### Metas do PNE: timidas ou ambiciosas?

**Meta 1- Universalizar até 2016 (0 a 05 anos) e chegar a 50% de 0-03 anos até 2020**

**Meta 2- Universalizar ensino fundamental de 09 anos para todos dos 06 aos 14 anos**

**Meta 3- Universalizar até 2016 atendimento de 15 a 17 anos e até 2020 ter taxa líquida de matrículas de 85%**

1.6) Estimular a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 e 5 anos.

Fontes: Dep. Paulo Rubem Santiago – Comissão Especial do PNE-CF, Anísio – Capes DAU

### Jovens de 15 a 17 anos: avanços?

**Impactos dos Indicadores de Educação de jovens de 15 a 17 anos**

**Meta 2020 PNE= 85%**

20% mais pobres

Fonte: PNED/2012

### PNE 2011-2020: PL 8035/2010: metas de qualidade e inclusão na educação básica

**Meta 4- Universalizar de 04 a 17 anos o atendimento para estudantes com deficiência**

**Meta 5- Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, 08 anos**

**Meta 6- Tempo integral em 50% das escolas de educação básica**

**Meta 7- Melhorar as médias para o Ideb**

Anos iniciais EF (2011) – 4,6 / (2020) – 6,0  
Anos finais EF (2011) – 3,9 / (2020) – 5,5  
Ensino Médio (2011) – 3,7 / (2020) – 5,2

**Meta 8- Elevar escolaridade média da população: 18 a 24 anos: 12 anos de estudo para o campo, menor escolaridade e 20% mais pobres. Igualar escolaridade média entre brancos e negros.**

**Meta 9- Elevar a taxa de alfabetização: quinze anos ou mais – 93,5 % até 2015; Erradicar o analfabetismo até 2020; reduzir em 50% o analfabetismo funcional até 2020**

**Meta 10- No mínimo 25% das matrículas de EJA integradas à educação profissional nos anos finais do EF e EM**

Fonte: Dep. Paulo Rubem Santiago – Comissão Especial do PNE-CF

### PNE 2011-2020: escolas e educação básica infra-estrutura nas prioridades

**7.4) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica.**

**7.19) Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.**

### Ensino no Brasil: Metas do PNE

**Meta 11- Duplicar matrículas de educação profissional técnica de nível médio**

**Meta 12- Elevar taxa bruta de matrícula na educação superior para 85% e a taxa líquida para 33% dos 18 aos 24 anos**

Fontes: Dep. Paulo Rubem Santiago – Comissão Especial do PNE-CF, Unio Anísio – Capes DAU

### Educação Básica no PNE 2011-2020

**7.25) Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzidos pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos, de acordo com as seguintes projeções:**

**PISA: METAS PARA 2021**  
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências

Ano	Matemática	Leitura	Ciências
2009	395	417	438
2012	417	438	455
2021	473	473	473

**BRASIL = 58º em 65 países**  
**+ melhor desempenho em Matemática na década**

Fonte: OCDE

### Formação de professores no PNE 2011-2020

**12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.**

<p><a href="http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/pisa_em_foco/2013/pisa_em_foco_n25.pdf">http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/pisa_em_foco/2013/pisa_em_foco_n25.pdf</a></p> <p><b>Equidade e desempenho de países e economias no PISA 2009</b></p> <p><b>MÉDIA NA LEITURA</b></p> <p>Fonte: OCDE (2010). Resultados PISA 2009: O que os estudantes sabem e podem fazer. Desempenho dos estudantes em leitura, matemática e ciência. Volume I. Publicação OCDE, Série 1, 1.1. e OCDE (2010). Resultados PISA 2009: Seguindo o caminho. Socioeconômico: Equidade em oportunidades de aprendizagem e resultados escolares. Publicação OCDE, Série 1, 1.1.</p>	<p><b>PNE 2011-2020: PL 8035/2010: metas do ensino superior e PGs, da profissão e do financiamento</b></p> <p>Meta 13- Ampliar atuação de mestres e doutores para 75% do corpo docente, sendo 35% de doutores</p> <p>Meta 14- Elevar matrículas na pós, com a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores</p> <p>Meta 15- Todos os professores da educação básica com formação superior em licenciatura, em regime de colaboração</p> <p>Meta 16- Fomentar 50% dos professores da educação básica com pós-graduação lato e strictu sensu com formação continuada</p> <p>Meta 17- Valorizar o magistério. Aproximar o rendimento médio do profissional com mais de onze anos de rendimento médio dos demais profissionais</p> <p>Meta 18- Em dois anos: Planos de carreira para os profissionais em todos os sistemas</p> <p>Meta 19- Garantir por lei nomeação comissionada de diretores vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar</p> <p>Meta 20- Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir 10 % do PIB do país (início: 7%)</p> <p>Fonte: Dep. Paulo Rubem Santiago – Comissão Especial do PNE/CF</p>																		
<p><b>Desafio: engajamento do Ensino na erradicação da pobreza</b></p> <p><b>BOLSA FAMÍLIA</b></p> <p>Redução da extrema pobreza em todas as faixas etárias, especialmente entre crianças e adolescentes</p> <p><b>Boas notícias com o Plano Brasil sem Miséria</b></p> <p>Fonte: IBOPE (2011). Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD 2011). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p>	<p><b>Redução da pobreza e ensino</b></p> <p>Aprovação dos beneficiários é maior no ensino médio</p> <table><tr><th></th><th>2008</th><th>2011</th></tr><tr><td>Média Nacional</td><td>75,2%</td><td>78,9%</td></tr><tr><td>Bolsa Família</td><td>88,5%</td><td>93,9%</td></tr></table> <table><tr><th></th><th>Ensejo fundamental</th><th>Ensejo médio</th></tr><tr><td>Taxa de abandono</td><td>3,2%</td><td>10,8%</td></tr><tr><td>Alunos BF</td><td>2,9%</td><td>7,2%</td></tr></table> <p>Fonte: Censo Escolar da Educação Básica / 7ª Rede pública</p>		2008	2011	Média Nacional	75,2%	78,9%	Bolsa Família	88,5%	93,9%		Ensejo fundamental	Ensejo médio	Taxa de abandono	3,2%	10,8%	Alunos BF	2,9%	7,2%
	2008	2011																	
Média Nacional	75,2%	78,9%																	
Bolsa Família	88,5%	93,9%																	
	Ensejo fundamental	Ensejo médio																	
Taxa de abandono	3,2%	10,8%																	
Alunos BF	2,9%	7,2%																	
<p><b>“Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido.”</b></p> <p>(Sir Arthur Lewis)</p> <p>Premio Nobel de economia de 1979</p>	<p><b>Politizando a ação na Educação</b></p> <p><b>Eleições Conscientes</b></p> <p>“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica...”</p> <p><b>Paulo Freire</b></p>																		
<p><b>Mudar é difícil mas é possível. (Paulo Freire)</b></p> <p>taniaaj@loc.flocruz.br 46.ensi@capes.gov.br</p> <p><b>Obrigada</b></p>	<p><b>Educação básica: eixo estruturante e transversal / indicadores/ valorização (bonus)</b></p> <table><tr><th>GTs dia 1- a AREA</th><th>GTs dia 2- DESAFIOS</th><th>GTs dia 3 – TEMATICOS A CONFIRMAR</th></tr><tr><td>1- Materiais educativos/ Inovação/ Mostra (sala D)</td><td>1- Interdisciplinaridade/ diálogo interareas/ pos doutorado em Ensino para outras Areas/ Qualis (R)</td><td></td></tr><tr><td>2- Visibilidade/ inserção social</td><td>2- Egressos: melhores praticas de acompanhamento, indicadores (AUD)</td><td></td></tr><tr><td>3- Identidade da Area/ Câmaras/ GTs permanentes</td><td>3-Cooperação/ Redes nacionais/Internacionalização (AUD)</td><td></td></tr><tr><td>4- Expansão/Fomento/ Equidade</td><td>4- Livros e eventos (R)</td><td></td></tr></table> <p><b>LEITURA CRITICA E RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS NO DOC DE AREA</b></p> <p><b>RELATORIO DO SEMINARIO</b></p>	GTs dia 1- a AREA	GTs dia 2- DESAFIOS	GTs dia 3 – TEMATICOS A CONFIRMAR	1- Materiais educativos/ Inovação/ Mostra (sala D)	1- Interdisciplinaridade/ diálogo interareas/ pos doutorado em Ensino para outras Areas/ Qualis (R)		2- Visibilidade/ inserção social	2- Egressos: melhores praticas de acompanhamento, indicadores (AUD)		3- Identidade da Area/ Câmaras/ GTs permanentes	3-Cooperação/ Redes nacionais/Internacionalização (AUD)		4- Expansão/Fomento/ Equidade	4- Livros e eventos (R)				
GTs dia 1- a AREA	GTs dia 2- DESAFIOS	GTs dia 3 – TEMATICOS A CONFIRMAR																	
1- Materiais educativos/ Inovação/ Mostra (sala D)	1- Interdisciplinaridade/ diálogo interareas/ pos doutorado em Ensino para outras Areas/ Qualis (R)																		
2- Visibilidade/ inserção social	2- Egressos: melhores praticas de acompanhamento, indicadores (AUD)																		
3- Identidade da Area/ Câmaras/ GTs permanentes	3-Cooperação/ Redes nacionais/Internacionalização (AUD)																		
4- Expansão/Fomento/ Equidade	4- Livros e eventos (R)																		



## Anexo 3.4: Apresentação dos palestrantes – Paulo Rubem Santiago – PNE- situação


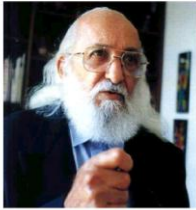
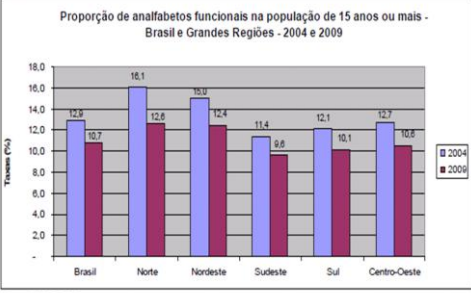
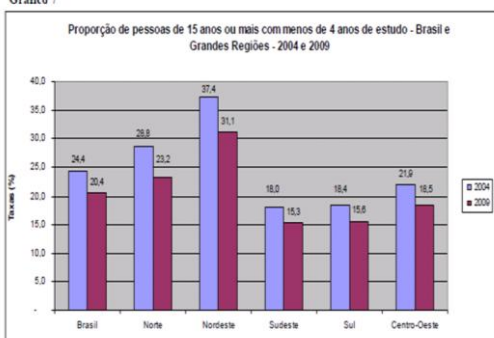
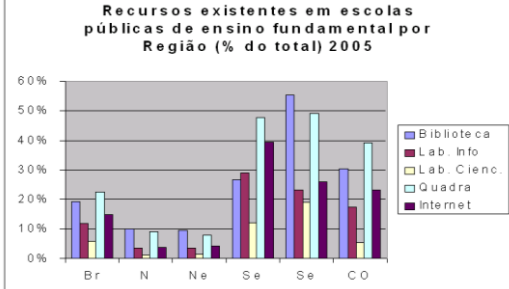
<p><b>Projeto de Lei 8035 / 2010</b>  <b>Plano Nacional de Educação 2011-2020</b>  <b>(2014-2023)</b></p> <p>Paulo Rubem Santiago  Deputado Federal PDT-PE  <a href="http://www.paulorubem.com.br">www.paulorubem.com.br</a></p> <p><b>Titular das Comissões de Educação, de Cultura e da</b>  <b>Comissão Especial do PNE</b>  Relator Setorial para o financiamento da educação</p>	<p><b>Aos brasileiros que desafiaram o senso-comum e sonharam com um País mais justo</b></p> <p><b>Celso Furtado</b>      <b>Paulo Freire</b></p>  
<p><b>Brasil 2014</b></p> <p>322 anos de Colônias  67 anos de Império  125 anos de “República”</p> <p>Nossos indicadores educacionais não são obras do acaso mas da história, dos modelos de ocupação do território, produção e extração de riquezas e da organização do estado brasileiro hegemonizado pelas elites econômicas</p> <p><b>“ Em se plantando tudo dá “</b>  <b>“Deitado eternamente em berço esplêndido...”</b></p>	<p><b>Plano Nacional de Educação</b>  ( Artigo 214 da Constituição Federal )</p> <p>A lei estabelecerá <b>o plano nacional de educação</b>, de duração plurianual, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à :</p> <p><b>I – erradicação do analfabetismo</b>  <b>II – universalização do atendimento escolar</b>  <b>III – melhoria da qualidade do ensino</b>  <b>IV – formação para o trabalho</b>  <b>V – promoção humanística, científica e tecnológica</b></p>
<p><b>A Educação na Constituição da República Federativa do Brasil</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Educação é Direito Social ( 6 o . )</li> <li>2. Os princípios constitucionais ( 206 )</li> <li>3. O dever de cada ente ( 211 )</li> <li>4. O mínimo de recursos ( 212 )</li> <li>5. Plano Nacional de Educação ( 214 )</li> <li>6. As vinculações de receitas para a educação básica ( EC s 14 e 53 )</li> <li>7. Os valores per-capta das matrículas ( Lei 11.494 )</li> </ol> <p>1. O Piso Salarial Nacional e as Carreiras ( Lei 11.738 )</p> <p>1. O Fim da DRU na Educação ( EC 59 )</p> 	<p><b>O CAQ na legislação brasileira</b></p> <p>CONSTITUIÇÃO FEDERAL:</p> <p><b>Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</b>  VII - garantia de padrão de qualidade.</p> <p><b>Art. 60 do ADCT, inc. XII, § 1º:</b> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a <b>melhoria da qualidade de ensino</b>, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente.</p> <p><b>LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB:</b>  <b>Art. 4º, inc. IX:</b> Padrão mínimo de qualidade de ensino: “variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”</p> <p><b>PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE, LEI 10.172/2001</b>  Definição de padrões mínimos de infra-estrutura das escolas e de qualificação dos docentes.</p>
<p><b>ipea</b></p> <p><b>Comunicado do Ipea nº 66</b>  <b>PNAD 2009: Primeiros Resultados</b>  <b>SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E PROBLEMAS</b></p> <p>Brasília  18 de novembro de 2010</p>	<p><b>Gráfico 5</b></p> <p>Proporção de analfabetos funcionais na população de 15 anos ou mais - Brasil e Grandes Regiões - 2004 e 2009</p>  <p>Fonte: PNAD IBGE  Elaboração: Ipea</p>
<p><b>Gráfico 7</b></p> <p>Proporção de pessoas de 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo - Brasil e Grandes Regiões - 2004 e 2009</p>  <p>Fonte: PNAD IBGE  Elaboração: Ipea</p>	<p><b>José Marcelino de Rezende Pinto</b>  USP / Ribeirão Preto</p> <p><b>Recursos existentes em escolas públicas de ensino fundamental por Região (% do total) 2005</b></p> 

Gráfico 10

Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - Brasil e países selecionados

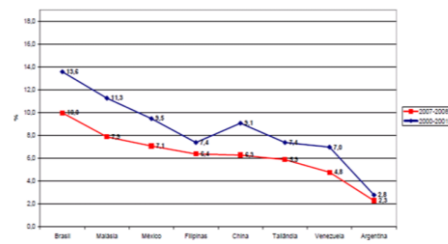
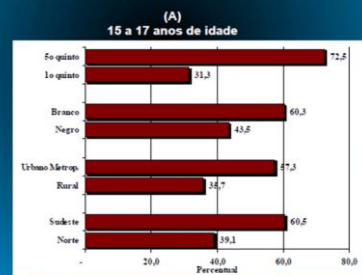
Fonte: Unesco e Banco Mundial  
Elaboração: Ipea

Gráfico 14

Taxa de Frequência líquida segundo categorias selecionadas, 2009



Fonte: PNAD Microdados 1992 a 2009 (Elaboração: Ipea)

## Calamidade Pública e Dívida Social

“Só metade dos alunos conclui a 8ª. Série”

**Nordeste- 42,8% (EF) e 44,6% (EM)**Sudeste- **70,9% (EF) e 59,7% (EM)**Sul- **62,6% (EF) e 46,9% (EM)**Norte- **28,7% (EF) e 45,2% (EM)****Brasil – 53,7% (EF) e 50,9% (EM)**

Fonte : Relatório Unicef, 10/06/2009, “Folha de São Paulo”

## A educação e as elites no País

“ O Brasil nunca teve um estado essencialmente provedor da educação, saúde, saneamento básico etc.”

“ Em pleno século XXI (...) as elites nacionais não têm essa sensibilidade e o Estado sempre se negou a assumir essa tarefa.”

Tânia Bacelar

“A Máquina da Desigualdade”

Le Monde Diplomatique  
BRASIL, No. 04, Nov. 2007

## Carga Tributária Bruta e Gastos Públicos em Educação 1995-2005 (% PIB)

1995 - 27,2 % / 4,0 %

1997 - 26,9 % / 3,6 %

2000 - 30 % / 4,0 %

2002 - 32,4 % / 4,1 %

2005 - 33,7 % / 4,0 %

2013 - 36% do PIB

Fonte: “Financiamento da Educação Pública no Brasil: Evolução dos Gastos” – CASTRO, Jorge Abrahão – em Educação e Federalismo no Brasil, Unesco, 2010

O aumento da carga tributária foi destinado ao pagamento de encargos financeiros do governo federal

## Projeto de Lei 8035/2010 ( 1 )

Art. 2º

São diretrizes do PNE - 2011/2020:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

## Projeto de Lei 8035 de 2010 ( 2 )

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação **como proporção do produto interno bruto**;

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

## Projeto de Lei 8035 de 2010 ( 3 )

## Vinte metas

- \* Universalizar até 2016 ( 0 a 05 anos ) e até 2020 chegar a **50%** de 0- 03 anos
- \* Universalizar ensino fundamental de 09 anos **para todos** dos 06 aos 14 anos
- \* Universalizar até 2016 atendimento de 15 a 17 anos e até 2020 ter taxa líquida de matrículas de **85%**
- \* Universalizar de 04 a 17 anos o atendimento para estudantes com deficiência ...
- \* Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, **08 anos**
- \* Tempo integral em **50%** das escolas de educação básica

## Projeto de Lei 8035 de 2010 ( 4 )

## \* Médias para o Ideb

Anos iniciais EF ( 2011 ) – 4,6 / ( 2020 ) – 6,0

Anos finais EF ( 2011 ) – 3,9 / ( 2020 ) – 5,5

Ensino Médio ( 2011 ) – 3,7 / ( 2020 ) – 5,2

## \* Elevar escolaridade média da população

18 a 24 anos

12 anos de estudo para o campo, menor escolaridade e 20% mais pobres

Igualar escolaridade média entre brancos e negros

## \* Elevar a taxa de alfabetização

Quinze anos ou mais – 93,5 % até 2015

Erradicar o analfabetismo até 2020

Reduzir em 50% o analfabetismo funcional até 2020

## Projeto de Lei 8035 de 2010 ( 5 )

\*No mínimo **25%** das matrículas de EJA integradas à educação profissional nos anos finais do EF e EM\* **Duplicar** matrículas de educação profissional técnica de nível médio\* Elevar taxa bruta de matrícula na educação superior para **85%** e a taxa líquida para **33%** dos 18 aos 24 anos\* Ampliar atuação de mestres e doutores para **75%** do corpo docente, sendo **35%** de doutores\* Elevar matrículas na pós, com a titulação anual de **60 mil** mestres e **25 mil** doutores\* Todos os professores da educação básica **com formação superior em licenciatura**, em regime de colaboração

<p><b>Projeto de Lei 8035 de 2010 ( 6 )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Formar <b>50%</b> dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e strictu sensu com formação continuada</li> <li>* Valorizar o magistério. Aproximar o rendimento médio do profissional com mais de onze anos do rendimento médio dos demais profissionais</li> <li>* <b>Em dois anos</b> assegurar a existência de planos de carreira para os profissionais em todos os sistemas</li> <li>* Garantir por lei <b>nomeação comissionada de diretores</b> vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar</li> <li>* Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir <b>7% do PIB</b> do país</li> </ul>	<p><b>As manchetes de 2010-2011</b></p> <p>País só cumpre 33% de metas do PNE 2001-2010</p> <p><b>17 Estados não têm Planos Estaduais de Educação</b></p> <p>95% dos municípios não têm Planos Municipais de Educação</p> <p><b>2011 : Valor investido pelo governo fica abaixo (R\$ 1.722,05 ) do CAQi em 22 Estados ( * )</b></p> <p><b>Reprovação em Massa:</b> Avaliação do MEC reprova 39% das instituições de ensino superior</p>
<p><b>Relatório PNE 2001-2010 ( 1 )</b></p> <p>O plano previa que <b>50%</b> das crianças de 0 a 3 anos estivessem matriculadas em creches até 2010</p> <p>De 15 a 17 anos, <b>16% estão fora da escola</b>. Na <b>educação superior</b>, o plano previa <b>30% dos jovens</b>. Em 2008, o índice estava em 13,7%.</p>	<p><b>Relatório do PNE 2001-2010 ( 2 )</b></p> <p>A erradicação do analfabetismo está longe de ser alcançada. <b>14 milhões de pessoas de 15 anos ou mais não sabem escrever.</b></p> <p>Para <b>João Oliveira</b>, professor da UFG (Universidade Federal de Goiás), um dos responsáveis pela pesquisa, <u>uma das principais causas dos problemas na execução do PNE foi o veto à meta que previa 7% do PIB para a educação até 2010</u>. FHC terminou seu mandato com um investimento de <b>4,8%</b>.</p> <p>O veto foi mantido em 2009 no Congresso, <b>contra nosso voto</b>. Em 2009 chegamos a <b>5,1 % do PIB</b>.</p>
<p><b>Expansão do Acesso ao Ensino Superior</b></p> <p><b>Era FCH</b></p> <p>Contenção de gasto público /contração fiscal / Elevação da taxa de Juros/ Expansão da dívida pública</p> <p><b>Expansão privada/curva ascendente</b></p> <p><b>Era LULA</b></p> <p>Retomada Lenta da Expansão Pública ( IFES e IFETS )</p> <p>Expansão dos gastos tributários indiretos (<b>PROUNI</b>) e financiamento oneroso (<b>FIES</b>)</p> <p><b>“ Detalhe ”</b></p> <p>Expansão do controle de grupos privados na educação superior por <b>fundos financeiros internacionais</b> ( Ativos e taxas de retorno para os cotistas )</p> <p><b>FIES representa a maior alavanca de acesso privado</b></p> <p>( “Financeirização, Crise,Educação:Considerações preliminares”-BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, 2013, Texto para Discussão 217, Instituto de Economia da Unicamp )</p>	<p><b>Sub-Financiamento : Por que ?</b></p> <p><b>1970-2010</b></p> <p>Consolida-se no mundo o novo perfil de acumulação do capital , assentado na <b>financeirização</b> (CHESNAIS,1998)</p> <p>O PIB das transações com <b>moedas (câmbio-carry trade)</b>, <b>ações-mercado secundário,derivativos e papéis públicos</b> é cinco vezes superior ao das atividades clássicas produtivas (LACERDA,2010)</p> <p>Amplia-se a conjugação da <b>livre circulação de capitais, desregulamentação dos mercados e abertura das economias periféricas</b> ( BELLUZZO,2006 )</p> <p>Foco no combate à inflação dos países periféricos por <b>medidas monetárias de contenção de demanda (juros altos )</b>, aumento dos papéis do tesouro nacionais no estoque da dívida pública ( LOPREATO,2006 )</p> <p><b>Referências</b></p> <p>1.CHESNAIS, François - “Mundialização do Capital”, Editora Xamã, 1996, São Paulo</p> <p>2.LACERDA, Antônio Correia de – “ O Brasil sob a nova ordem”, Editora Saraiva, 2010</p> <p>3.BELLUZZO, Luís Gonzaga – In: CARNEIRO, Ricardo (organizador). <b>A Supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula</b>. São Paulo: Editora Unesp, 2006,</p> <p>LOPREATO, Francisco Luiz C. Política Fiscal: mudanças e perspectivas. In: CARNEIRO, Ricardo (organizador). <b>A Supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula</b>. São Paulo: Editora Unesp, 2006</p>
<p><b>Consequências</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adoção de política monetária ortodoxa – Diagnóstico de inflação de demanda ( moeda é meio de pagamento.Preços sobem os juros para conter a expansão da moeda + tripé : <b>metas de inflação, câmbio flutuante, superávit primário</b>)</li> <li>2. Supremacia da dívida pública <b>na ordem de prioridade da realização dos gastos públicos</b> (juros e amortizações, relação dívida/pib-atenção aos mercados)</li> <li>3. Contingenciamentos, Desvinculação de Receitas-DRU, “Responsabilidade Fiscal”</li> <li>4.Metas Macroeconômicas nas diretrizes orçamentárias anuais ( Inflação, câmbio, juros, relação dívida/PIB )</li> <li>5. Ausência do Anexo de Metas Sociais</li> </ol>	<p><b>Resultados em nome da “estabilidade da moeda”</b></p> <p><b>Aumento da taxa de juros = Aumento da Dívida pública = Aumento dos dispêndios para sua remuneração e amortização ➡</b></p> <p><b>=Transferência de impostos da sociedade para as classes ricas = Redução da capacidade de investimento do estado = Redução ou atraso na política de investimentos para o campo social = Redução tímida ou manutenção das desigualdades sociais = Supremacia da esfera financeira nas diretrizes macroeconômicas de governo</b></p>

**Comunicado 14 da Presidência do IPEA  
12 de novembro de 2008**

**JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

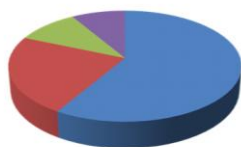
**R\$ 1,267 trilhão**

**Gastos do Tesouro Nacional  
2000 a 2007**

**SAÚDE  
R\$ 315 bilhões**

**EDUCAÇÃO  
R\$ 149 bilhões**

**INVESTIMENTOS  
R\$ 98 bilhões**



**Brasil 2013**

- Taxa de investimento Público – 2% do PIB
- Taxa de Investimento na FBKF – 18% ( China= 40% )
- Dívida /PIB Bruta – 57%
- PIB – 2.3%
- Juros Taxa Básica – 11% ( remunera 23% da dívida pública )
- Indicadores Educacionais e de Saúde Precarizados ( Sub-financiamento )
- Ausência de reforma agrária e de reforma urbana
- 44% do orçamento comprometidos com a dívida pública
- Balanço de pagamentos **US\$ 81 bilhões negativos** ( -US\$ 47,2 em serviços, - US\$ 39,7 bi em rendas, + US\$ 2,5 bi comércio, US\$ 3,3 Bi transferências )

**PNE II + Outras fontes**

1. 10% do PIB em investimentos ( contudo, na Comissão Especial do PNE, foram incorporados por **11 x 08**, no universo de investimentos públicos em educação, os gastos com o PROUNI ( gastos tributários indiretos **-R\$ 611 milhões-2013**) o montante de financiamentos com o FIES **-R\$ 4,2 bilhões** )
2. ¾ de **50%** (EMENDA MINHA ) do Fundo Social do Pré-Sal para a educação ( o Projeto original previa 100% da renda derivada da aplicação dos ativos do Fundo dos Royalties do Pré-Sal )
3. **50%** dos dividendos pagos pelas estatais ao governo federal serão transferidos para o FNDE ( PL 5847/2013, de nossa autoria )

**Sites de consulta**

[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)  
[www.campanhaeducacao.org.br](http://www.campanhaeducacao.org.br)  
[www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)  
[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)  
[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)  
[www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br)  
[www.politicasocial.net.br](http://www.politicasocial.net.br)  
[www.facebook.com/paulorubemsantiago](https://www.facebook.com/paulorubemsantiago)  
[www.paulorubem.com.br](http://www.paulorubem.com.br)





**Ministério da Educação**  
**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**  
**Diretoria de Avaliação**  
[46.ensi@capes.gov.br](mailto:46.ensi@capes.gov.br)

**Relatório do I Seminário Regional Norte de Pós-Graduação em Ensino**  
**Rio Branco, 23 a 26 de julho de 2014**

Nos dias 23 a 26 de julho 2014, na Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco – Acre, durante a 66ª Reunião Anual da SBPC-2014, ocorreu o **Encontro “Pós-Graduação em Ensino na Amazônia: Avanços e Desafios”** e o **I Seminário Regional Norte de PG em Ensino**, com o objetivo de “**avaliar a situação dos Programas de Pós-Graduação da região, seus avanços, dificuldades e desafios**”. Contou com a presença de participantes de: (i) Programas de Pós-Graduação (PPG) dos Estados que compõe a Amazônia Legal Brasileira Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins (região Norte) e do Mato Grosso (região Centro-Oeste), e (ii) da coordenação da Área 46 Ensino representando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de diversos docentes participantes da SBPC e interessados no tema.

A Programação incluiu:

- 3 reuniões dos coordenadores de PPG da Área na região, com a coordenadora de Área (23, 24 e 25/7)
- 1 Seminário de 1 dia em paralelo à programação da SBPC (26/7)
- 3 simpósios/encontros integrantes da programação da SBPC (23, 24 e 25/7)
- Participação da coordenação de área e dos coordenadores de PPG na conferência do Ministro da Educação (24/7)
- 1 breve encontro com o Presidente da CAPES, por ocasião da sessão em que a agência foi homenageada pela SBPC (25/7)

Comissão Organizadora dos eventos:

- Marta Maria Pontin Darsie – UFMT/ REAMEC
- Gilberto Francisco Alves de Melo - UFAC
- Tadeu Oliver Goncalves - UFPA
- Augusto Fachin Teran - Universidade do Estado do Amazonas
- Oscar Tintorer Delgado - Universidade Estadual De Roraima
- Tania Cremonini de Araújo-Jorge - CAPES

Como resultado das apresentações, dos intensos debates e considerando a realidade da PG na região Norte elaborou-se a CARTA DE RIO BRANCO, anexa a este relatório, documento de caráter reivindicatório a ser endereçado à CAPES, ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT), às Pró-Reitorias das IES associadas a REAMEC, e à Associação Nacional de Pós Graduação (ANPG).

## A) APONTAMENTOS DO PNPG SOBRE OS DESAFIOS DA AMAZÔNIA

Os desafios da Pós-Graduação na Amazônia são de tal monta que mereceram um item especial no capítulo de “Desafios Brasileiros” do Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG), referente a Recursos Humanos. “Embora já tratada em planos anteriores, a desigualdade regional foi enfatizada, evidenciando a necessidade de que as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia recebessem maior atenção, sobretudo na formação e fixação de recursos humanos.” (PNPG, p.27).

Desde sua introdução, o PNPG já aponta:

... Os estudos amazônicos, ao focalizar o tema dos biomas e das diversidades, deverão enfrentar o desafio de reduzir incertezas, melhorar a precisão das previsões climáticas, criar modelos que permitam aquilatar e compatibilizar a exploração da riqueza, a taxa de perda da diversidade que a acompanha, os esforços de conservação e a sustentabilidade dos processos. A exemplo da oceanografia, a Amazônia Verde não é assunto para uma só disciplina e deverá promover a aproximação de várias áreas do conhecimento. (PNPG, p.19)

Do item 10.2.6 do PNPG destacamos os seguintes apontamentos, literal e integralmente transcritos abaixo (AMAZÔNIA, PNPG vol I, p. 208-2011),:

A Amazônia se estende por oito países da América do Sul, no entanto, cerca de 60% da Floresta Amazônica estão no Brasil. O conceito de Amazônia Brasileira, que compreende uma área de 3,7 milhões de Km<sup>2</sup> tem sido substituído no Brasil por **Amazônia Legal**, que é um conceito essencialmente geopolítico, e que aumenta 1,3 milhões de Km<sup>2</sup> a área da Amazônia Brasileira, englobando nela uma longa faixa de vegetação de transição, com cerca de 700 mil Km<sup>2</sup>, como os cerrados ao sul e os campos ao norte, em Roraima, Pará e Amapá. Dessa forma, a Amazônia Legal Brasileira abrange os **Estados do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, oeste do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins**, com uma superfície de aproximadamente 5 milhões de Km<sup>2</sup>, ou seja, **60% do território nacional**. Essa região abriga **25 milhões de habitantes (13,7% da população brasileira)**, cerca de **22 mil comunidades isoladas e apenas 4% do quadro de doutores da federação**.

A Região concentra 13,7% da população brasileira, colabora com aproximadamente **8% do PIB**, mas tem recebido apenas **4% dos recursos de C&T do país**. O desenvolvimento regional amazônico encontra dificuldades quando comparado ao das outras regiões brasileiras devido ao seu baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e à sua baixa produtividade em C&T, que têm origem no **número escasso de cursos de pós-graduação de nível de doutorado aí implantados**. Essa situação é ainda agravada pela **ausência de políticas eficientes para a fixação de doutores e as deficiências em todos os níveis de ensino**.

A Amazônia Legal abriga metade das espécies conhecidas de plantas tropicais, uma variedade de peixes maior que a do oceano Atlântico e a maior bacia hidrográfica do mundo, com aproximadamente 80 mil quilômetros de rios navegáveis. Diante do valor intrínseco e das inúmeras potencialidades de uso dos recursos naturais da região, são necessárias ações que efetivem a sua preservação e garantam o seu uso sustentável, aí conciliando as dimensões educacionais, ambientais, sociais e econômicas aos processos de desenvolvimento. Para que isto ocorra é preciso uma maior compreensão sobre os recursos naturais da Amazônia, sendo condição fundamental a busca de avanços do conhecimento e da produção científica e tecnológica regionais, além de um estímulo à inovação.

O sistema de CT&I na região Norte do país encontra-se subdimensionado para alavancar o desenvolvimento econômico e social da região. Os indicadores de investimentos em CT&I, capacidade instalada para a produção de conhecimento e formação de recursos humanos, e

produtividade do corpo de pesquisadores na região se mostram inconsistentes uns com os outros e com outros indicadores econômicos e sociais. À primeira vista, pode-se alegar que os investimentos são reduzidos porque temos poucas universidades e, por consequência, poucos doutores e poucas publicações. No entanto, uma análise mais aprofundada dos dados disponibilizados pelo CNPq demonstra que **a região Norte tem contribuído mais com a C&T nacional, no que tange a investimentos financeiros, do que tem recebido da União.**

As estratégias que podem mudar essa realidade requerem grandes investimentos em C&T (respeitando pelo menos o percentual financeiro gerado na região), **a fixação de RH (criação de bolsas e salários diferenciados para atrair pesquisadores e evitar a evasão) e a ampliação da infraestrutura de C&T.**

As dimensões continentais da Região Norte do Brasil, juntamente com a distribuição esparsa da sua população, contribuem para um isolamento que somente com um esforço significativo em telecomunicações têm chances de ser superado. O isolamento digital acaba contribuindo para aumentar a dificuldade em manter e contratar novos pesquisadores para as instituições de C&T da região, o que inviabiliza a constituição de muitos empreendimentos de base tecnológica e inibe a formação em nível de pós-graduação.

Apesar de representar cerca de 60% do território brasileiro, e ter a relevância já citada em termos de população e contribuição do PIB nacional, **a Amazônia possui pouco mais de 4.000 doutores**, metade dos quais não está envolvida com a produção de informações e qualificação de pessoal em nível de pós-graduação.

Além da inclusão social e geração de renda e, portanto, ampliação da soberania na região, é necessária uma **ampliação dos seus programas de pós-graduação, consolidando e ampliando aqueles nas áreas já existentes**, mas, principalmente, **induzindo a instalação de programas nas áreas ali não representadas.** A região ainda não possui programas em 23 das 79 áreas listadas pela CAPES, dentre as quais estão áreas vitais para o desenvolvimento sustentável da região. Para solucionar as deficiências, há **necessidade de ações para a capacitação de pessoal compatível com a escala amazônica**, com a necessidade de geração de renda e inclusão social, com a expansão da capacitação para as áreas não contempladas e com a cooperação intrarregional. Em se tratando de uma região de vital importância para o Brasil, **são recomendáveis ações para promover a cooperação nacional** para a capacitação regional por meio de programas de financiamento especialmente desenhados para a mobilidade nacional e para a indução de novos programas de pós-graduação na região.

As ações têm uma **barreira bem definida que é a fixação de pessoal qualificado na região.** Essa barreira será vencida por meio de uma revisão da legislação pertinente que objetive a **ampliação da contratação de pessoal qualificado pelas instituições da região.** São sugeridos novos mecanismos para uma revisão do arcabouço jurídico vigente que poderão contribuir com a solução das dificuldades em tela. Qualquer que seja o caminho, **o aparato para a qualificação em nível de mestrado e doutorado atualmente instalado na região não será capaz de atender às demandas** previstas nos cenários regulares desenhados para a Amazônia. Por isso, é de fundamental importância a concepção de programas de apoio à cooperação inter-regional, nacional e internacional para a qualificação de pessoal para a Amazônia, fortalecendo os programas existentes e induzindo novos programas na região. A coordenação das ações deve ter como alvo a hegemonia brasileira nas questões amazônicas e a ampliação dos processos de inclusão social e geração de renda para os povos amazônicos.

## B) SITUAÇÃO DOS PPG EM ENSINO NA REGIÃO AMAZÔNICA

### B.1) Apontamentos da Coordenação de Área sobre a situação na Amazônia

A Área de Ensino (Grande Área Multidisciplinar) abrange, em julho de 2014, 116 Programas de PG em todo o país, dos quais **apenas 10 Programas (8,6%) na Amazônia Legal, todos em instituições públicas federais ou estaduais, e apenas em 5 estados:** Amazonas, Acre, Mato Grosso, Pará e Roraima. Nos estados de Rondônia, Tocantins, Amapá e no Maranhão (oeste) ainda não há PPG em Ensino, apesar de já haver alguns vinculados à Área de Educação (Grande Área de Ciências Humanas).

O primeiro Programa da Área foi criado em 2001 na UFPA, em Belém, na modalidade de Mestrado Acadêmico, e em 2009 abriu um curso de Doutorado. Em 2006 a UEA iniciou um Mestrado Profissional (MP) em Manaus e em 2010 desativou o MP e iniciou um Mestrado Acadêmico. No mesmo ano (2010) a UFMT também abriu um MP e sediou a criação de um Doutorado em rede, em associação com a UFPA e a UEA. Portanto, em 10 anos, apenas 5 Programas em Ensino funcionaram na região. Em 2 anos, 2012 e 2013, 6 novos programas foram criados, sendo um em Saúde e os demais em Ciências e Matemática, a maioria na modalidade de Mestrado Profissional.

Tabela 1: Programas da Área de Ensino na Amazônia Legal (julho de 2014)

UF	Cidade	IES	Programa de PG	MA	D	MP	Ano de Início
PA	Belém	UFPA	1.Educação em Ciências e Matemáticas	4	4	-	M 2001/ D 2009
AM	Manaus	UEA	Ensino de Ciências na Amazônia	-	-	3	2006/desativado
AM	Manaus	UEA	2. Educação em Ciências na Amazônia	4	-	-	2011
MT	Cuiabá, Belém, Manaus	UFMT	3.Educação em Ciências e Matemática - UFMT - UFPA – UEA	-	4	-	2011
MT	Cuiabá	UFMT	4.Ensino de Ciências Naturais	-	-	3	2011
RR	Boa Vista	UERR	5.Ensino de Ciências	-	-	3	2012
PA	Belém	UEPA	6.Ensino em Saúde na Amazônia	-	-	3	2012
PA	Belém	UFPA	7.Docência em Educação em Ciências e Matemáticas	-	-	4	2013
AM	Manaus	UFAM	8.Ensino de Ciências e Matemática	3	-	-	2013
AM	Manaus	IFAM	9.Ensino Tecnológico	-	-	3	2013
AC	Rio Branco	UFAC	10.Ensino de Ciências e Matemática	-	-	3	2013

Na avaliação trienal de 2013 (2010-2011-2012) apenas o programa acadêmico da UFPA foi plenamente avaliado, uma vez que os demais ainda não apresentavam egressos resultantes do triênio completo (Tabela 2). Ele confirmou a nota 4, tendo excelente desempenho (MB, correspondente a > 75% dos indicadores da Área) em todos os quesitos com exceção da produção acadêmica, que fica próximo ao desempenho da mediana da Área (B)

Tabela 2: Conceitos obtidos pelos programas da Amazônia avaliados na trienal de 2013

IES (*avaliação parcial)	Notas anterio- res	Nota Trienal 2013	Avaliação Global	Programa Quesito 1	Docente Quesito 2	Discente Quesito 3	Produção Quesito 4	Social Quesito 5
UFPA (M/D)	4 e 4	4	MB	MB	MB	MB	B	MB
UFMT (D) *	4	4	B	MB	MB	----	B	B
UEA (M) *	3	3	MB	MB	B	B	MB	MB

Por ser o principal Programa de referência na Área, apresentamos abaixo seus indicadores quantitativos da avaliação trienal, destacando em negrito os indicadores que o colocam igual ou acima da mediana (percentil 50%) ou do percentil 75%. Fica clara a liderança que esse programa pode desenvolver na região, dado que persegue as melhores práticas exercidas na Área, que confirma os bons conceitos que vem obtendo nas avaliações sucessivas.

Os demais Programas serão avaliados apenas em 2016, quando apresentarem resultados cumulativos para um triênio integral.

Tabela 3: Indicadores da avaliação trienal 2013 referentes ao Programa da UFPA, comparativamente aos valores obtidos em todos os Programas acadêmicos avaliados na Área.

Indicador Quantitativo	UFPA	percentil 50%	percentil 75%
<b>Todos os docentes</b>	<b>23</b>	16	24
<b>Docentes Permanentes 2012</b>	<b>19</b>	13	19
<b>Docentes Colaboradores 2012</b>	<b>4</b>	4	5
% DP	82,6	81,3	90,9
Projetos em Andamento 2012	16	30	35
<b>Egressos (Teses + Dissertações)</b>	<b>68</b>	61	71
<b>Alunos novos</b>	<b>77</b>	53	76
Alunos totais (egressos + novos)	145	107	145
<b>Alunos totais (egressos + novos)/ Docentes totais</b>	<b>6,3</b>	5,6	6,3
<b>Alunos totais (egressos + novos)/ DP</b>	<b>7,6</b>	7,2	8,6
<b>Dissertações TODAS</b>	<b>64</b>	45	61
<b>Teses TODAS</b>	<b>4</b>	4	16
<b>Alunos totais (egressos + novos)</b>	<b>145</b>	107	145
<b>Media do Tempo de titulação Mestrado</b>	<b>25,7</b>	26,2	29,2
<b>Media do Tempo de titulação Doutorado</b>	<b>44,0</b>	48,8	51,4
M + D Desligados + Abandono 2010+11+12	8	4	10
Alunos totais/ Projeto	9,1	3,7	4,6
<b>Teses e Dissertações</b>	<b>68</b>	61	71
<b>Teses e Dissertações / DP</b>	<b>3,6</b>	3,6	4,7
Dissertações + 2* TESES / DP	3,8	4,1	5,4
<b>Taxa de Evasão (desligados/ativos+desligados)</b>	<b>5,2</b>	6,5	7,7
<b>% da produção com discentes</b>	<b>78</b>	43	52
<b>Total de pontos de discentes</b>	<b>2870</b>	1935	2840
% pontos A1-B1 no total de pontos de artigos	0,5	0,8	0,9
A1-B1/DP	1,2	3,0	4,0
A1-B2/ DP	2,5	4,0	5,2
Total de pontos/DP	249,7	508,8	722,7
total de pontos	4745	7300	10990
Total de pontos em artigos	3425	4430	6920
Total de pontos em livros	285	585	1113
Pontos em Trabalhos completos em eventos	530	795	1170
total de pontos em Materiais educativos	80	440	650
Total de pontos em produtos técnicos	425	1145	1465
Total de artigos de discentes	47	36	47
Total de pontos em artigos	3425	4430	6920

## **B.2) Avaliação da situação e desafios dos Programas na Região Amazônica: o olhar dos PPGs da região presentes ao encontro**

Nesta parte do relatório, sintetizamos as principais informações constantes nas apresentações dos palestrantes que participaram do Encontro na SBPC (25/7) e no Seminário Regional (26/7).

Programação na SBPC: 25/7/2014 - das 16h30 às 18h30 Bloco Jorge Kalume - Letras - Sala 3 Encontro- **PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA AMAZÔNIA: AVANÇOS E DESAFIOS**

Coordenação: Profa. Tania Araujo Jorge (Área de Ensino - CAPES), representando o Prof. Livio Amaral (CAPES) que não conseguiu vôo e por isso não pode comparecer

Participantes: Marta Maria Darsie (UFMT-REAMEC), Tadeu Gonçalves (UFPA-REAMEC), Gilberto Melo (UFAC), Oscar Tintorer (UERR), Augusto Fachin (UEA), Patrick Letouze (UFT – não conseguiu vôo e por isso não pode comparecer),

Ementa: Dos 116 Programas de Pós-Graduação existentes no Brasil na Área de Ensino, apenas 8 se situam na Amazônia, somente em 4 estados (AM, PA, AC, RR), e apenas 1 com Doutorado. A Área de Educação contribui com outros 2 programas de doutorado e 8 de mestrado na região. Estratégias para superar essa situação serão discutidas com coordenadores de Programas de três Universidades Federais (UFPA, UFAC, UFT) e duas Estaduais (UEA e UERR) da região, identificando os principais desafios e dificuldades. Dinâmica: 5 apresentações de 20 minutos, seguidas de roda de debates (presentes cerca de 100 pessoas)

### **B.2.1) UFMT- UFPA-UEA - REAMEC - REDE AMAZÔNICA DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

PROGRAMA DE DOUTORADO: EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA  
IES PROPONENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

Modalidade: AR = Associação em Rede, com 3 Polos Acadêmicos: UFPA ( AP, PA, MA)  
UFMT (RO, MT, TO) + UEA (RR, AC, AM)

A REAMEC é um Programa de Pós-graduação stricto sensu que associa em rede 26 Instituições de Ensino Superior (IES) dos 8 Estados que integram a Amazônia Legal, constituindo uma verdadeira rede de formação de doutores na área.

É um programa de doutorado, que visa à formação de pesquisadores e formadores de professores na área de Educação/Ensino de Ciências e Matemática, com o propósito de fortalecer esta área na Região Amazônica, especialmente no âmbito das licenciaturas em Física, Química, Biologia, Matemática e Pedagogia. Mantém credenciados como docentes permanentes do Programa 38 doutores da região, contando com 08 doutores colaboradores de outras regiões do país. A equipe trabalha para assegurar a qualidade de formação de doutores para a Região Norte, atendendo os critérios da Área, essenciais para a formação pós-graduada e para uma boa avaliação do Programa.

Aprovado pela CAPES em fevereiro de 2010, o PPGECEM teve seu início em janeiro de 2011, com 30 doutorandos, dos quais 28 já qualificaram e 02 estão aguardando data de qualificação. Com três anos e meio de programa já aconteceram 03 defesas de tese, havendo previsão de até dezembro de 2014 ocorrerem todas as defesas da primeira turma. Assim, evidencia-se a capacidade de manter o fluxo desejado para formação doutoral.

Em 2012, houve nova seleção com entrada de 44 doutorandos que já cumpriram as duas disciplinas obrigatórias do Programa/área de concentração, as duas disciplinas de Linha de Pesquisa, as duas eletivas e Seminário de Pesquisa I, faltando somente completarem as

Atividades Programadas e Seminário de Pesquisa II previsto para junho de 2015. A partir desta data, estarão aptos a se qualificar para a defesa de Tese. A previsão das qualificações até dezembro de 2015 e das defesas em 2016, antes de findar os 04 anos previstos para integralização. Em 2012 foi decidido que os editais de ingresso passariam a ser bienais, para melhor acomodar o fluxo discente e as disciplinas. Em 2014 em 27 de junho foi aberto o Edital para nova seleção, com 60 vagas, para início em janeiro de 2015.

Visão: PPGECEM – REAMEC:

- É mais que um programa de doutorado. É um sonho se tornando realidade.
- É a praxis de dezenas de pessoas que buscam a justiça social, na perspectiva de que o crescimento econômico deve gerar riquezas para todos e deve gerar desenvolvimento humano.
- É um processo de luta pela sustentabilidade que trabalha a inclusão dos homens e mulheres amazônicos, por uma sociedade e educação inclusiva, de qualidade, ética, solidária, justa, igualitária, capaz de garantir um futuro melhor para todos.

Justificativa da consolidação e expansão da REAMEC:

1. Necessidade de implantação e implementação de políticas públicas que visam ao desenvolvimento regional pressupondo profissionais qualificados na área de Ensino de Ciências e Matemática, para a devida compreensão das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e a educação das novas gerações de professores e estudantes;
2. Dados sistemáticos que evidenciam assimetria regional (região norte x nacional) em relação aos indicadores de competência científica e tecnológica e de educação em Ciências e Matemática;
3. Insuficiência de professores da Educação Básica na área, necessitando de fortalecimento das licenciaturas.
4. Carência na região de docentes das licenciaturas com doutorado na área de Ensino de Ciências e Matemática.
5. Baixos indicadores apresentados na Prova Brasil e no ENEM, o que passa indubitavelmente pela quantidade (ora baixa) e pela qualidade da formação de professores.
6. Assimetrias intra-regionais na distribuição dos (poucos) doutores na área de Ensino de Ciências e Matemática, dispersos nas diversas IES da região distribuídas em um imenso território geográfico. Por vezes, a baixa concentração de doutores da área em determinado Estado provoca isolamento desses doutores, dificultando a interação necessária para a produção e divulgação científica e demais funções doutorais;
7. Dificuldade de fixação de doutores na região amazônica, tanto pela sua escassez no país quanto pela inexistência de atrativos da carreira para a fixação na região;
8. A disposição das IES da região em se associar, organizando seus docentes doutores, com o intuito de superar ou, pelo menos, minimizar de forma colaborativa as dificuldades e carências enumeradas. São fundamentais as parcerias entre IES da região que atuam no campo da Pesquisa e da Pós-Graduação, para viabilizar e acelerar a ampliação em escala geométrica de recursos humanos qualificados - em *nível doutoral*, necessários à produção de novos conhecimentos na área de Ensino de Ciências e Matemática e ao desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.
9. A necessidade de instalação de novos programas de mestrado acadêmico e profissional na Região, o que só será possível com a formação de doutores na área de Ensino que já se encontram em IES da região.



10. Pela necessidade de produção de novos conhecimentos na Área, que provenham de pesquisas, demandando formação especializada de novos doutores na área.
11. Nos últimos anos as Universidades Federais, autorizadas a abrir concursos fazem constar de seus editais o critério do candidato possuir título de doutor. No entanto, na maioria dos casos os candidatos que se apresentaram possuem só mestrados (ex: no Pará há 300 docentes contratados apenas com mestrado que precisam ser titulados) e muitos apenas curso de especialização ou graduação.
12. A expansão dos Institutos Federais de Educação Científica e tecnológica com oferta de Licenciaturas (química, física, Biologia e Matemática), sem professores com titulação e experiência na área de ensino/formação, solicitam as Universidades/ Pós-Graduação apoio a esta formação.

#### REAMEC

Coordenação Geral: UFMT : Profª Dra. Marta Maria Pontin Darsie

Coordenação do Polo Acadêmico UEA: Prof. Dr. Evandro Luis Ghedin/Maria Clara

Foresbrg/Josefina Kalil Barrera

Coordenação do Polo Acadêmico UFPA: Profª Dra. Terezinha Valim O. Gonçalves

Objetivo: cobrir todos os estados que integram a Amazonia Legal: Acre , Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima

Quadro docente: 36 docentes (iniciais e no 2º credenciamento, com previsão de 09 credenciamentos de DP e 04 colaboradores em 2014 :

UFPA: 11 +3 = 14 DOUTORES ; UFMT: 08 + 4 = 12 DOUTORES

UEA : 07 + 4 = 11 DOUTORES ; COLABORADORES EXTERNOS: 08

#### Representantes Estaduais na Comissão REAMEC:

- Elizabeth A. Leonel de M. Martinez – UNIR/RO
- Josefina Kalil Barrera– UEA/AM
- Anelise – UFAC/AC
- Marta Maria Pontin Darsie – UFMT/MT
- Leila Feio – UNIFAP (AP)
- Evandro Luiz. Ghedin – UERR (RR)
- Terezinha Valim Oliver Gonçalves – UFPA/PA
- Rosália Aragão – UEMA/MA

Origem: Meta do Projeto Acelera Amazônia, idéia deflagrada pelo Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação dos Estados que compõem a Região da Amazônia Legal juntamente com a Capes

- Reunião do FORPROP no Amapá (2006); proposição de criação da REAMEC (REDE AMAZÔNICA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA).
- Reunião em São Luís (2007)
- Workshop - agosto de 2007, Manaus – constituição da Comissão de Elaboração da proposta.

25 INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS: 9 Univ Federais + 5 Estaduais + 8 IFs + 3 privadas  
UNIVERSIDADES FEDERAIS (09)

- Universidade Federal do Acre - UFAC
- Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
- Universidade Federal do Amazonas – UFAM
- Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
- Universidade Federal do Maranhão – UFMA
- Universidade Federal do Pará – UFPA
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR

- Universidade Federal de Roraima – UFRR
- Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

#### UNIVERSIDADES ESTADUAIS (05)

- Universidade do Estado do Amazonas – UEA
- Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
- Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
- Universidade Estadual do Pará – UEPA
- Universidade Estadual de Roraima – UERR

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (08)

- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia - IFRO,
- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT,
- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima - IFRR
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP
- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará - IFPA

#### UNIVERSIDADES PRIVADAS (3)

- Universidade da Amazônia - UNAMA
- Centro Universitário Nilton Lins - UNINILTON /AM
- Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA

#### Objetivos:

- 1- Constituir NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS na área, em cada Estado da Região Amazônica e Redes de Pesquisa entre Instituições associadas, de modo a consolidar grupos de pesquisadores aptos a construir conhecimentos na área.
- 2- Formar pesquisadores, em nível doutoral, na área de Ensino de Ciências e Matemática, capazes de produção de conhecimentos e de atuação docente altamente qualificada na área, com especial relevo às questões da Amazônia.
- 3- Formar doutores na região capazes de propor e assumir a formação de pesquisadores/professores em nível de Mestrado e em projetos de formação continuada para a Educação Básica, concorrendo, assim, para mudanças de patamar na qualidade do ensino e da pesquisa na Região Amazônica.

#### Estrutura organizacional:

- Colegiado do Programa
- Coordenação geral (01)
- Coordenação de Pólos Acadêmicos (03)
- Representantes Estadual (09 Estados)
- Representação Institucional (25 IES)
- Núcleos Estaduais de Estudos e Pesquisas em Educação em Ciências e Matemática (08).

#### Estrutura acadêmica:

1 Área de Concentração: EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

2 linhas de Pesquisa: (1) Formação de Professores para a Educação em Ciências e Matemática ; (2) Fundamentos e Metodologias para a Educação em Ciências e Matemática

Componentes curriculares: Total de créditos: 156 (2340 horas)

- Disciplinas obrigatórias de área de concentração e de linhas de pesquisa
- Seminários de Pesquisa
- Disciplinas eletivas
- Atividades Programadas

- Estágio Docência
- Elaboração e defesa de tese

**Quadro de instituições públicas participantes da REAMEC por Estado**

<b>ESTADO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>
<b>AC</b>	Universidade Federal do Acre Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFAC IFAC
<b>AM</b>	Universidade Federal do Amazonas Universidade do Estado do Amazonas Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFAM UEA IFAM
<b>RR</b>	Universidade Federal de Roraima Universidade do Estado do Roraima Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFRR UERR IFRR
<b>PA</b>	Universidade Federal do Pará Universidade do Estado do Pará Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFPA UEPA IFPA
<b>RO</b>	Universidade Federal de Rondônia Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UNIR IFRO
<b>AP</b>	Universidade Federal do Amapá Universidade do Estado do Amapá Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFAP UEAP IFAP
<b>MA</b>	Universidade Federal do Maranhão Universidade do Estado do Maranhão Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFMA UEMA IFMA
<b>TO</b>	Universidade Federal do Tocantins Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica	UFTO IFTO
<b>MT</b>	Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática	REAMEC UFMT/UEA/UFPA

**Metas a médio prazo: o efeito cascata**

Previsão de até 2020, formar 140 (cento e quarenta) novos doutores para a região, que somados os 28 (vinte oito) já credenciados no programa, mais os 32 (trinta e dois) doutores da área que aguardam cumprir os critérios da área 46 para credenciamento e aos 20 (vinte) docentes que estão migrando para a área, já credenciados como pesquisadores junto aos 09 NÚCLEOS ESTADUAIS DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA contabilizaremos, ao final do período, cerca de 220 doutores com titulação, produção e experiências na área de pesquisa e ensino em Ciências e Matemática na região. Assim, em cada um dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal, contaremos com, em média, 20 doutores da área (novos e experientes), o que possibilitará que se assuma a meta de, até 2020, ter implantado em cada Estado da Amazônia Legal Brasileira, um MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA, Acadêmico ou Profissional, dependendo da demanda de cada Estado.

Fluxo discente e situação: entradas bienais

2011 > 30 doutorandos

2013 > 44 doutorandos     $30+44=74$

2015 > 40 doutorandos     $74+40=114$

2017 > 36 doutorandos     $114+36=150 \rightarrow$  Em 2020 150 novos doutores

**Dificuldades principais: fomento**

Todo esse esforço de formação está ocorrendo com muitas dificuldades de ordem financeira:

- a) os doutorandos não possuem bolsa doutorado
- b) o PROAP do programa é de R\$ 23.000,00 para atender: 03 Polos Acadêmicos (UFMT, UFPA, UEA), onde se desenvolvem as atividades do doutorado; 46 doutores com a necessidade de deslocamentos para oferta de disciplina e orientações, 74 doutorandos, com deslocamentos para cursar disciplinas, orientação e participação em eventos; 03 ou 04 reuniões de colegiado, por ano, deslocando 09 Representantes Estaduais aos locais das reuniões; deslocamentos para a participação dos docentes em bancas de qualificação e defesa, como membro interno do programa; deslocamento de membros externos para as bancas de qualificação e defesa, já em andamento; deslocamentos dos docentes colaboradores de IES fora da Região Norte, que orientam e oferecem disciplinas e as necessidades dos serviços de gestão e de secretaria do programa.
- c) os coordenadores (geral e de polos) não recebem bolsa de coordenação, num ambiente de concorrência com outros programas na região que oferecem bolsas de coordenação (PARFOR, PIBID, OBEDUC, PROINDIO, Cursos de Especialização para a SEDUC)

### **B.2.2.) UEA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA/ MESTRADO/UEA**

A UEA desenvolveu um Mestrado Profissional em “Ensino de Ciências na Amazônia” e 2006 a 2009, com 2 Linhas de pesquisa (1-Formação de Professores para o Ensino de Ciências na Amazônia; 2-Meios e Recursos didático-pedagógicos para a otimização do Ensino de Ciências), e em 2009 resolveu desativá-lo e criar um Mestrado Acadêmico em “Educação em Ciências na Amazônia”, que funciona de 2010 até agora com 2 linhas de pesquisa: 1-Educação em Ciências, Cognição e Currículo; 2- Educação em Ciências, Divulgação Científica e Espaços não Formais.

A infraestrutura para os 2 programas inclui: 2 salas de aula. Equipada com: Computador, Data show, TV, VHS, DVD; 1 sala administrativa, 1 sala de estudantes, 1 sala compartilhada para trabalho individual de 7 professores, 3 laboratórios para o Ensino de Ciências: Biologia, Matemática e laboratório Multidisciplinar, 1 Biblioteca Virtual e a Biblioteca da ENS

O Quadro docente se compõe de 10 Docentes Permanentes (7 da UEA, 1 da UEA-UFAM, 1 do IFAM, 1 da UFRR) + 6 colaboradores (2 da UEA, 1 da UNINORTE, 1 da UFAM e 2 da UFRR).

Fluxo discente: **Total de egressos: 134**, sendo 76 do Mestrado Profissional até 2009 e 53 (58 +15) do Mestrado Acadêmico desde 2011.

	<b>Mestrado Profissional: Ensino de Ciências na Amazônia (2006) – nota 3</b>					<b>Mestrado Acadêmico: Educação em Ciências na Amazônia (2011) – nota 4</b>			
	2006	2007	2008	2009		2011	2012	2013	2014
Número de inscritos	56	54	79	97		118	83	126	102
Número de selecionados	20	19	21	20		35	15	19	14
Número de desistentes	01	00	02	01		00	00	01	00
Número de mestrandos	19	38	57	76		35	50	54	04
<b>Total</b>				<b>76</b>					<b>58</b>

**Práticas a destacar:**

- Créditos para a produção bibliográfica (Regulamento, Cap.VII - Do Regime Didático-Científico: Seção I - Da Estrutura Acadêmica e Integralização Curricular: Art. 39 – O aluno deverá integralizar um mínimo de trinta e sete (37) créditos, sendo: doze (12) obtidos em disciplinas obrigatórias da Área de Concentração; três (3) créditos obtidos através de uma disciplina obrigatória da Linha de Pesquisa a que estiver vinculado; três (3) obtidos em uma disciplina optativa; dois (2) créditos de atividades programadas, denominadas de produção de conhecimentos específicos e desenvolvidas durante o primeiro semestre letivo; quatro (4) créditos em estágio docência; quatro (4) créditos em produção bibliográfica (sendo três créditos com publicação em periódicos qualis B e/ou A da Área de Ensino e um crédito com publicação de resumo expandido em anais de eventos da Área de Ensino); um (1) crédito em produção técnica (correspondente a participação efetiva em Comissão do Seminário de Ensino de Ciências na Amazônia, comprovada pela Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências); oito (8) com elaboração e desenvolvimento da pesquisa; qualificação, defesa e aprovação da dissertação.
- Página do programa na internet: <http://www.pos.uea.edu.br/ensinodeciencia/>
- Revista Eletrônica ARETÉ (B2 no Ensino; B3 na Educação): <http://periodicos.uea.edu.br/>
- Divulgação da Revista em sites do governo
- Livros publicados: 11 em 2013, 6 em 2014
- Simpósio de Educação em Ciências na Amazônia – organizado pelos alunos  
<http://secam-uea.webnode.com/>
- Bolsas:

	T - I	T - I Parintins	T - II	T - III	T - IV	TOTAL	%	%
FAPEAM	4	-	7	5	5	21	24	47
FAPEAM – INT.	-	13	-	5	1	19	22	
CAPES	3	-	7	5	7	22	26	30
CAPES-POE	2	-	1	1	-	04	5	
SEM BOLSA	11	2	4	2	1	20	23	23
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>86</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

#### **Grupos de Pesquisa: com páginas na internet**

- Grupo de Estudo e Pesquisa Educação em Ciências em Espaços Não Formais (GEPECENF); LIDER: Dr. Augusto Fachin Terán  
<http://ensinodeciencia.webnode.com.br/> ; Até 16-07-2014= 11.482 visitas;
- Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação em Ciências na Amazônia (GEPECAM); LIDER: Dra. Irecê dos Santos Barbosa;  
<http://ensinodecienciasnaamazonia.webnode.com/>;
- Alternativas inovadoras para o ensino de Ciências Naturais na Amazônia (AIECAM); LIDER: Dra. Josefina Diosdata Barrera Kalhil
- Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC) LIDER: Dra. Lucinete Gadelha da Costa  
<http://www.poeamazonas.com/>

**Desafios:****Acadêmico**

1. Formar 50 mestres em Educação em Ciências. Temos 23.
2. Atingir nota 4 ou 5.
3. Propor e aprovar o Doutorado Educação em Ciências na Amazônia.
4. Interiorização do Programa.
5. Credenciamento de pelo menos 4 professores.

**Administrativo**

1. Contratação de pessoal para apoio administrativo, publicação de artigos e editoração da revista Areté.
2. Trazer um consultor da Área com nota 5.
3. Assinatura de Convênios: UFAM, UFRR, IFAM, SEDUC, SEMED.

**Divulgação**

1. Publicar 6 números da revista ARETÉ (N=4).
2. Obter qualis B1 ou A2
3. Realizar Três Simpósio em Ensino de Ciências na Amazônia (SECAM).

**Verbas**

1. Introdução na matriz orçamentária da IES de verbas para estudantes e professores participarem em eventos científicos.
2. Motivação para trabalhar no sistema de pós-graduação (Bolsas de produtividade).

Ampliar o número de Doutores e interiorizar: TOTAL = 52: 10 no CESP – **Parintins**, 8 no CEST – **Tefé**, 5 no CEST – **Tabatinga** e 29 na ENS – **Manaus**

**Perguntas ainda sem respostas**

- Como tornar atrativa a pós-graduação para credenciamento de professores, num contexto de programas concorrentes que fornecem bolsas (PARFOR, PROINDIO, Cursos de Especialização para a SEDUC) ?
- Como instrumentalizar a Interiorização do Programa? Análise da Experiência de Parintins.
- Quando será implementando a bolsa de trabalho dos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação no Brasil ?

### **B.2.3) UERR - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**

A Universidade Estadual de Roraima, em Boa Vista, tem ativo um PPG –Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, iniciado em março de 2012 com 20 vagas. Na primeira turma se matricularam 16 alunos e todos já concluíram com defesa de dissertações. Na 2ª turma se matricularam 23 alunos, sendo 3 da UFAC, e todos já fizeram sua qualificação. Na turma de 2014 se matricularam 20 alunos, completando 59 alunos ativos com 16 egressos.

2 Linhas de pesquisa: (1) Métodos pedagógicos e tecnologias digitais no ensino de ciências; (2) Espaços não formais e divulgação científica no ensino de ciências.

Quadro Docente: 14 docentes permanentes e 2 colaboradores. Dentre os DP são 13 doutores e 1 doutorando da REAMEC; 3 docentes são formados em Pedagogia, 5 em Química (2 da UFAC), 3 em Biologia, 1 em Matemática e 1 em Física. A maioria dos docentes está em processo de trânsito de suas das áreas específicas de formação para a atuação em Ensino.

Projetos: os trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento propõem soluções para problemas de ensino de conteúdos específicos

Propostas teóricas e metodológicas do PPG:

- Relação estreita entre as bases filosóficas, psicológicas, pedagógicas e das ciências particulares.
- Para desenvolver um ensino eficiente é necessário primeiro saber como o estudante aprende (Libâneo).
- Teoria Histórico-Cultural e Aprendizagem significativa.
- Resolução de problemas, informática educativa, jogos, feiras de ciência, utilização de espaços não formais e de teatro científico.

Esforços para elevar a qualidade

- Bancas de qualificação e defesas com membros de PPG consolidados das áreas de ensino e educação; principal parceiro da REAMEC.
- Docentes participando junto ao MCTI para organizar a Feira de ciência Estadual, a Semana Nacional de C&T e para participar e projetos de divulgação científica como o Espaço Ciência Itinerante e o teatro científico.

Desafios para a consolidação

- Produção científica de qualidade na Área
- Participação em eventos científicos da Área
- Aceleração da formação de docentes em seu trânsito para a Área de Ensino, mediante acesso a programas de pós-doutorado.

### **B.2.4) UFAC- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

A UFAC teve um Mestrado Profissional- PPG em Ensino de Ciências e Matemática aprovado em 2013 e operando desde 2014, dirigido a professores da educação básica em exercício, mais notadamente docentes que atuam nas áreas de Ciências e Matemática, nas disciplinas de Ciências da Natureza, Biologia, Física, Química e Matemática, dos anos iniciais do Ensino Fundamental (I e II) ao Médio e/ou Superior.

Objetivo: aprimorar a formação continuada dos professores mediante o exercício de atividades de pesquisa aplicada e o desenvolvimento da prática pedagógica, privilegiando a reflexão sobre o seu exercício profissional e as suas concepções/crenças e/ou representações sobre o ensino, a aprendizagem, e o conhecimento.



Perfil do profissional a ser formado: pesquisador reflexivo de sua própria prática, autônomo na busca de conhecimento e que, dependendo das condições de trabalho a serem oferecidas pelas escolas em que atuam, possam desenvolver estratégias inovadoras, que sirvam de instrumento eficiente de mediação no processo ensino-aprendizagem e comprometido com a oferta de educação de qualidade no estado do Acre.

Seleção: anual, com 18 vagas ofertadas; inscrição on line; 1ª turma: 146 cadastros, 71 inscrições, 65 fizeram a prova escrita (classificatória e eliminatória, com nota mínima 5), e seguiram para prova oral (defesa de projeto) e prova de títulos.

Docentes: 11, sendo 9 permanentes e 2 colaboradores

Estrutura Curricular: Carga horária mínima de 480 horas, oferta de 675 horas; cursadas entre 12 e 24 meses; 1 crédito = 15 horas; 4 disciplinas obrigatórias (20 créditos) e 3 optativas (9 créditos); dissertação = 5 créditos; publicação de 2 artigos em periódicos da Área de Ensino = 4 créditos; seminários de pesquisa = 3 créditos; organização/participação com apresentação de trabalhos = 2 créditos

2 Linhas de pesquisa: (1) Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática; (2) Recursos e tecnologias no Ensino de Ciências e Matemática

3 Projetos de pesquisa:

- Ensino de Ciências: uma análise para estabelecer relações entre a abordagem pedagógica, os sentidos construídos e a aprendizagem
- Estudos e pesquisas sobre a formação de professores de Matemática
- Da produção à utilização de recursos didáticos em salas de aula de Ciências e Matemática

1ª turma: 18 alunos, aulas e atividades presenciais concentradas nas 5as e 6as feiras;  
Docentes do IFAC e de escolas de níveis fundamental, médio e superior  
Há residentes em outros municípios e estados

**Dificuldades encontradas:**

- Falta de recursos CAPES Proap para os mestrados profissionais
- FAPAC: aguardando editais com recursos estaduais para os projetos de pesquisa do MP
- Faltam bolsas para os mestrados
- Não liberação dos professores pelas secretarias estadual e municipal de educação e/ou liberação parcial
- UFAC: ainda precisa ampliar a disponibilidade de mais espaços específicos e contabilizar a atividade docente na PG na carga horária docente geral

## **B.2.5) UFPA- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

### **C) ATIVIDADES CORRELATAS NA SBPC**

C.1) Mesa Redonda: **AMAZÔNIA: O DESAFIO DE FORMAÇÃO E FIXAÇÃO DE DOUTORES**

23/7/2014 - das 13h30 às 16h00 → Registrado Em Vídeo pela SBPC; Bloco da Pós-Graduação - Sala dos Mestrados - Auditório 2

Coordenadora: Tania Araujo Jorge (FIOCRUZ/CAPES)

Palestrantes: Josimar B Ferreira (UFAC), Maria Olívia A.R Simão (FAPEAM), Marcelo Mingheli (SECT-AC); Sergio Luz (Fiocruz-Manaus);

Ementa: Apesar do número de doutores na Amazonia estar crescendo numa taxa maior do que a das demais regiões do país, ainda é claramente insuficiente para assegurar sustentabilidade da Ciência e Tecnologia na região. Docentes e gestores de Universidades, Institutos de Pesquisa, Secretarias de Estado e Agencias de fomento debaterão esse desafio, apresentando políticas em curso e suas expectativas.

## C.2) Encontro: **AMAZÔNIA INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA: SITUAÇÃO, DESAFIOS E AÇÕES DOCENTES**

24/7/2014 - das 13h30 às 16h00 → Bloco Jorge Kalume - Letras - Sala 3

Coordenador: Marcelo Minghelli (SECT/AC) e Tania Araujo Jorge (FIOCRUZ/CAPES)

Participantes: Luiz Caldas (CONIF), Rosana Cavalcanti dos Santos (IFAC), Ademar de Araújo Filho (IFRR), Uberlando Tiburtino Leite (IFRO), Ovídio Ricardo Dantas Junior (IFTO), Antonio Venâncio Castelo Branco (IFAM), Laércio Gouvea Gomes (IFPA), Elícia Thanés de França (IFAP), Ricardo B. Hoffmann (docente- IFAC)

Ementa: A política de criação e interiorização de Institutos Federais será apresentada e analisada por dois de seus idealizadores (Luiz Caldas e Marcelo Minghelli), e cotejada pelo depoimento de docentes de Institutos Federais de diferentes estados da Amazônia, com foco em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, e nos esforços de sua qualificação em nível de doutorado.

## **D) RECOMENDAÇÕES E REIVINDICAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS EXISTENTES E CRIAÇÃO DE NOVOS**

Consolidar os PPG na Amazônia é um desafio de grande proporção, requerendo muita organização e esforços internos em cada IES e a cooperação de outros programas consolidados na região e fora dela.

A principal tarefa é aprimorar as condições para o pleno funcionamento dos grupos de pesquisa do programa, aprofundando os estudos e buscando a produção científica de qualidade, visto que nos PPG da Área de Ensino a maioria dos professores transita entre as Ciências Naturais e a Matemática, onde fizeram seus doutorados, e as Ciências Sociais e a Educação onde as teorias e metodologias são diferentes. Considerando as dificuldades e desafios atuais se faz necessário a elaboração de um **Programa Estratégico de fomento, que sugerimos chamar “Pró-Ensino Amazônico”** fundado nas seguintes diretrizes:

### **1) Articulação das políticas de fomento e indução na região amazônica**

- 1.1. Buscar a convergência das políticas necessárias à expansão da PG na Amazônia em cumprimento às metas do PNPG (CAPES, DEB, MEC,) com outras já em curso e que se apresentam como concorrentes (PIBID, PARFOR, OBEDUC e outros).
- 1.2. Fazer gestão política junto aos Estados que ainda não possuem Faps para que estes as criem, e aos que possuem, para que construam editais de suporte às atividades de PG, a exemplo da FAPEAM.

### **2) Infra-Estrutura**

#### **Pela CAPES e FAPs:**

- 1.1-Elaboração de Termo de colaboração/financiamento da CAPES com as Faps Estaduais para criação (enxoval para implantação de novos programas) e a manutenção dos programas e (bolsas) existentes (kit PPG Amazônia).

- 1.2-Bolsa para os Coordenadores de Mestrado Acadêmico e Profissional na área, de modo a evitar a drenagem específica de doutores apenas para os Programas que oferecem bolsas, como coordenação de polos UAB, coordenação de PARFOR e de PIBID.
- 1.3-Orientação da CAPES para que todas as IES introduzam na respectiva matriz orçamentária de verbas para os Cursos de Pós-Graduação (pesquisa, participação em eventos, pesquisadores visitantes nacionais e estrangeiros, pós-doutorandos, consultorias, entre outros). Isso não necessariamente ocorre em IES estaduais, municipais, confessionais ou privadas.
- 1.4-Lançar Editais para instalação de salas de tele conferências em todos os Programas da Região e nas IES associadas à REAMEC.
- 1.5- Aplicar um olhar diferenciado com respeito aos Programas da Região norte, devido ao isolamento e em função das longas distancias, de modo a ter valores de PROAP compatíveis com o “custo amazônico”.
- 1.6-Lançar Editais para apoio financeiro à manutenção de periódicos editados por PPG na região que apresentem qualidade compatível com os melhores estratos do Qualis da Area, bem como à publicação de livros resultantes das pesquisas desenvolvidas nos PPGs da região.
- 1.7-Lançar Editais para apoio à atividades de internacionalização dos Programas: intercâmbios com centros no exterior para visitas, estágios, cursos e cooperação em pesquisa.
- 1.8-Lançar Editais para captação de pós-doutorandos para atuação nos PPG da região.

**Pelas IES:**

- 1.9- Ampliação e melhoria das condições de infra-estrutura para fortalecimento e expansão de laboratórios específicos e de informática, ampliação de biblioteca especializada na área, para as IES com mestrados criados e/ou recém-criados, após aprovação pela CAPES.
- 1.10- Apoio administrativo complementar aos Programas.

## **2 ) Condições de Trabalho e/ou Permanência no Programa**

- 2.1-Bolsas para os alunos dos mestrados acadêmico e profissional e doutorados, docentes das IES da Região, com o apoio de diferentes fontes (Fundações de Amparo à Pesquisa; CAPES e CNPQ; IES)
- 2.2- Bolsas para os docentes do programa (da IES e/ou de fora da Região) equivalente a outros programas indutores como o PIBID, PARFOR, PROIND, Formação continuada,
- 2.3- Orientação da CAPES para que as IES e Secretarias de Educação às quais os mestrados sejam vinculados conceda-lhes liberação parcial ou total para que participem das atividades do Curso, considerando os ganhos no aumento do número de mestres da região e da sua consequente atuação mais qualificada na melhoria da educação básica da região.
- 2.4- Recursos Financeiros para participação de alunos e docentes em eventos dentro e/ou fora do país.

## **3) Ampliar a Colaboração entre os Programas**

- 3.1- Realização de Seminários e/ou Encontros periódicos entre os Coordenadores dos Programas da região, com rodízio de sede entre as IES.
- 3.2- Encontro Regional dos Estudantes e Professores de PPG em Ensino de Ciências, Matemática, Tecnologia, Saúde e outros para discussão de suas pesquisas e ampliação da colaboração entre eles.
- 3.3- Orientação de uso da Plataforma Sucupira para a visibilidade dos docentes atuantes nos PPG da região, para possibilitar troca de informações, participações como palestrantes em disciplinas e eventos, e atuação em bancas.

3.4- Estímulo e fomento a publicações conjuntas de livros que retratem pesquisas realizadas pelos programas da região.

3.5- Apoio à visitas de Consultores para apoiar o desenvolvimento dos Programas notas 3 e 4.

3.6- Apoio à realização de Curso de Pós-Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática para a Região.

## E) BASE DE CÁLCULO PARA AS DEMANDAS

Fase 1: 2 anos: 430 mestres + 70 doutores

Fase 2: 2 anos: 430 mestres + 80 doutores

Meta em 4 anos: 860 mestres + 150 doutores = 1000 titulados em 4 anos na Amazonia

430 Bolsas de mestrado/ ano =  $645.000/\text{ano} \times 2 \text{ anos (Fase 1)} = 1.290.000$

150 Bolsas de doutorado/ano =  $330.000/\text{ano} \times 2 \text{ anos (Fase 1)} = 660.000$

Passagens ( $200/\text{ano} \times 1000$ ) =  $200.000/\text{ano} \times 2 \text{ anos (Fase 1)} = 400.000$

Diárias ( $600/\text{ano} \times 200$ ) =  $120.000/\text{ano} \times 2 \text{ anos (Fase 1)} = 240.000$

4 bolsas de coordenação ( $52800/\text{ano}$ )  $\times 2 \text{ anos (Fase 1)} = 105.600$

Instalação tele conferencia (10 kits)  $\times 25000 = 250.000$

Apoio em custeio (R\$ 54.400 ) = 54.400

Total (Fase 1) .....3.000.000

Total = 85 mestres/PPG  $\times 10 = 850 \text{ mestres}$

Bolsas de doutorado =  $150/\text{ano} \times 2.200 = 330.000/\text{ano}$

Bolsas de mestrado =  $43/\text{PPG}/\text{ano} \times 10 = 430 \text{ bolsas}/\text{ano} \times 1500 = 645.000/\text{ano}$

Bolsa de coordenação = coordenação de polo UAB=  $1100/\text{mês} \times 12 \text{ meses} = 13.200 \times 4 = 52800/\text{ano}$

Deslocamento padrão:

1 dia para viagem + 1 dia para banca + 1 dia para aula/palestra/oficina + 1 dia para viagem = 3 dias, 3 pernites

3 diarias  $\times 200 \text{ deslocamentos} = 600 \times 200 = 120.000$

Estimativa por passagem =  $1000 \text{ reais ida e volta} \times 200 \text{ deslocamentos por ano} = 200.000$

Passagem ida-volta (custo médio estimado em 3 companhias de aviação):

Manaus-Belém = R\$ 500

Cuiabá-Palmas=R\$ 850

Cuiabá-Belém = R\$ 1300

Belém-Macapa = R\$ 300

Manaus-Cuiabá = R\$ 1000

Manaus-Macapa = R\$ 650

Manaus-Rio Branco = R\$ 750

Cuiaba-Porto Velho = R\$ 750

Manaus-Boa Vista = R\$ 350

Cuiabá-Rio Branco = R\$ 1200

Manaus-Palmas = R\$ 1600

Rio Branco-Boa Vista = R\$ 600

Belém-Palmas =R\$ 1300

## EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO

Profa. Dra. Tânia Araujo Jorge

Prof. Dr. Gilberto F. Alves de Melo

Profa. Dra. Marta Maria Darsie

Profa. Msc. Simone Chalub Bezerra

Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves

Prof. Dr. Augusto Terán

Rio Branco/AC, 26 de julho de 2014

Prof. Dr. Oscar Delgado Tintorer



**Ministério da Educação**  
**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**  
**Diretoria de Avaliação**  
[46.ensi@capes.gov.br](mailto:46.ensi@capes.gov.br)

## CARTA DE RIO BRANCO - 2014

### PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO NORTE - ÁREA 46 - ENSINO

Os Programas de Pós-Graduação Área de Ensino na Amazônia Legal, reunidos em Rio Branco - Acre de 23 a 26 de julho 2014, vem apresentar, à Presidência da CAPES e aos demais organismos concernentes ao Ensino Superior do país os pleitos e proposições para superação de dificuldades que surgiram do avaliação realizada<sup>1</sup>, a fim de garantir apoio à consolidação dos Programas já existentes, e ampliação da oferta de novos Programas em Ensino, fortalecendo assim, direta e indiretamente a educação básica na Região Amazônica.

#### REIVINDICAÇÕES À CAPES E AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. **Fortalecimento da REAMEC** – rede de formação de doutores em Ensino de Ciências e Matemática que associa 26 IES da região e agrega 38 docentes, para a formação, até 2020, de 150 doutores em Ensino, dos quais 114 já se encontram em processo de formação, e nucleando grupos de pesquisa e Programas de Mestrado em todos os estados da Amazônia legal. A rede se constitui na mais importante ação para a consolidação dos programas de mestrado existentes na Região (UEA, UFPA, UERR, UFAC) e assegura a possibilidade de expansão com a criação de novos programas nos estados que ainda não possuem cursos de pós-graduação na Área de Ensino. Para isso é urgente:

2. Criação do **Projeto especial da Presidência: “Pró-Ensino Amazônico (fase 1, 2 primeiros anos)”**, um programa emergencial de fomento para a REAMEC, num valor aproximado de **3 milhões de reais para 2 anos**, fundado nas seguintes diretrizes:

- Complementação por projeto dos valores do PROAP da sede da REAMEC na UFMT, que não cobre os custos essenciais de mobilidade para bancas e reuniões colegiadas, e alocação de recursos aos 3 polos Acadêmicos da REAMEC, que assegure a mobilidade (passagens e diárias) para realização plena das bancas de qualificação e defesa de tese dos 150 doutorandos, bem como a mobilidade para participação em disciplinas nos Polos acadêmicos e em atividades de orientação e investigação nos respectivos grupos de pesquisa (1 deslocamento por docente e 1 por discente por ano, num total de 210 deslocamentos intra-amazônicos por ano, ou 70 por Polo).
- Bolsas para os 150 doutorandos em curso na REAMEC, que lhes assegure condições de pesquisa e ensino; e para os 430 mestrands dos Programas da Amazônia.
- Implantação de salas de tele conferências para todos os 10 Programas da Região com uso compartilhado com a REAMEC.
- 4 Bolsa para coordenadores de Programa e polos de Programas em Rede, em bases similares aos coordenadores de Polos da UAB

Para a Fase 2 (2 últimos anos), já com base nos resultados alcançados na fase 1, pretende-se solicitar igual volume de recursos e (i) apoio às atividades de internacionalização do Programa (doutorados sanduiche, professores visitantes, estágios de pós-doutorado no exterior) e de sua produção; (ii) apoio aos projetos em andamento, especialmente aqueles que envolvem cooperação com IES em outras regiões e com centros de pesquisa estrangeiros; (iii) bolsas para doutores visitantes (nacionais e estrangeiros) para fortalecimento dos Programas de doutorado.

Rio Branco, 26 de julho de 2014  
 Tania Cremonini de Araujo-Jorge  
 Coordenação da Área de Ensino

<sup>1</sup> Relatório detalhado do evento pode ser obtido na DAV-CAPES e com a coordenação da Área de Ensino.